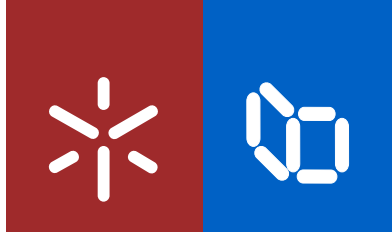


**Universidade do Minho**  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Xu Mengze

**Estudos Comparativos sobre as Atitudes  
de Procriação nos Contextos Chinês e  
Português (1973-2013)**



**Universidade do Minho**

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Xu Mengze

**Estudos Comparativos sobre as Atitudes  
de Procriação nos Contextos Chinês e  
Português (1973-2013)**

Dissertação de Mestrado em Estudos Interculturais  
Português/Chinês: Tradução, Formação e  
Comunicação Empresarial

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Manuel Gama**  
e da  
**Professora Doutora Sun Lam**

Agosto de 2013

**Aos meus pais,  
que merecem este trabalho**

## Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento profundo ao Professor Doutor Manuel Cama e à Professora Doutora Sun Lam, pela orientação incansável, pela sua paciência, dedicação, apoio, exigência e pelas oportunidades de crescimento, para além dos conhecimentos que me transmitiram e pela imensa simpatia.

À Diretora do Curso de Mestrado em *Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial*, Professora Doutora Sun Lam, pela oportunidade que me deu de fazer o mestrado na Universidade do Minho e pelo seu apoio académico e pessoal.

Aos meus pais e à minha avó, pelo amor e incentivo. Ao Zang Xiaobin e à Tao Yang, por estarem presentes, e pela paciência, compreensão e apoio ao longo de todo este processo.

A todos os docentes do Curso de Mestrado em *Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial*, pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

Aos meus grandes amigos, Yang Shu, Zheng Shanpei, Ai Yuan, Liao Yiran, e Yu Yibing, pelo encorajamento para enfrentar este desafio, pela sua grande amizade e ajuda, e por todo o carinho e simpatia.

Aos meus colegas de mestrado, pela amizade e apoio, a todos os níveis.

A todos os amigos, portugueses e chineses, que participaram nas entrevistas

realizadas no âmbito desta dissertação, pela paciência, sinceridade e simpatia.

## **Resumo**

A questão da população desempenha um papel essencial na existência e no desenvolvimento da sociedade humana, sendo a atitude perante a procriação uma parte importante nesta questão, uma vez que influencia diretamente o número da população. A atitude face à procriação inclui uma série de questões: o número ideal de filhos; a preferência do sexo dos filhos; o calendário da maternidade, etc.

Nos últimos 40 anos, em virtude da transformação política, do desenvolvimento económico e do avanço social, as situações de procriação têm mudado nos contextos chinês e português, causando novos problemas sociais, tais como o envelhecimento, a mudança da estrutura familiar, entre outros.

Neste trabalho, através da comparação da mudança de atitudes perante a procriação ocorridas na China e em Portugal nos últimos 40 anos, abordaremos as motivações para essas mudanças, do ponto de vista político, económico, social e cultural.

## 摘要

人口问题是人类社会得以存在和发展的根本性问题,而生育意愿又是其中的重要方面,对人口数量有着直接影响。生育意愿包含以下一系列具体问题:生育子女的理想数目;是否对所生育子女存在性别偏好;生育子女的时期等等。

近四十年来,受政治变革、经济发展、社会进步等原因的影响,中葡两国人民的生育情况发生了巨大变化,并出现了一系列的新情况和新问题。例如人口老龄化,传统家庭结构的变化等问题。

本文以人们的生育意愿为切入点,通过对比近四十年来中葡两国人们生育意愿的变化及分析其可能的原因,进而展现两国在政治、经济、社会、文化等方面的风貌。

## **Abstract**

The population problematic is essential for the existence and development of human society. Whereas people's desire of giving birth is one of the most important factors, which has a direct impact on the population and can be divided into the following aspects: the desired quantity of children, the gender of preference, ideal childbearing age, etc.

In the last four decades, due to the political reform, economic development and social progress, the situation of childbirth in China and Portugal has undertaken a lot of changes, thus appearing a series of new problems, such as the aging of population, the new structure of family, and so forth.

Taking the two peoples' desire to have children as a starting point, and by comparing and analyzing the possible causes which led to the change of their desire in the last forty years, the writer will try , immediately afterwards, to present political, economic, social, religious, cultural and other aspects of the two countries, that contributed to that change.



# Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I As atitudes face à procriação na China e em Portugal entre 1973 e 2013.....</b>	<b>5</b>
1.1 Introdução.....	6
1.2 Apresentação geral das atitudes tradicionais na China e em Portugal.....	7
1.3 Mudanças da idade de procriação e do número de filhos nos últimos 40 anos.....	13
1.3.1 O contexto chinês de procriação.....	13
1.3.2 O contexto de procriação em Portugal.....	19
1.4 A preferência do sexo do filho.....	25
1.5 Aborto.....	30
<b>Capítulo II - Análise e comparação das possíveis causas das diferentes atitudes perante a procriação na China e em Portugal.....</b>	<b>33</b>
2.1 Introdução.....	34
2.2 Política.....	34
2.2.1 O planeamento familiar e a política do filho único na China.....	34
2.2.2 Políticas de saúde: avanço da contraceção e do aborto em Portugal.....	37
2.3 Economia.....	40
2.4 Religião.....	43
2.4.1 O confucionismo na China e a procriação.....	43
2.4.2 O catolicismo em Portugal e a procriação.....	45

2.5 O avanço da sociedade e a mudança de mentalidades.....	48
2.5.1 A difusão de métodos contraceptivos.....	48
2.5.2 O prolongamento do período de educação.....	53
 <b>Capítulo III - Consequências das atitudes face à procriação nos últimos 40 anos na China e em Portugal.....</b>	 <b>55</b>
3.1 Introdução.....	56
3.2 As mudanças da estrutura familiar.....	56
3.3 O problema do envelhecimento.....	62
 <b>Conclusão.....</b>	 <b>70</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>74</b>
<b>Web Links.....</b>	<b>78</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>82</b>
Anexo 1 - Quadro de romanização vs alfabeto fonético internacional.....	83

# Índice de Quadros e Gráficos

## Índice de Quadros

Quadro 1 - População chinesa, 1949 a 1964.....	9
Quadro 2 - Taxa bruta de natalidade e de mortalidade em Portugal ( 1900-1970).....	11
Quadro 3 - O número ideal de filhos para os chineses 2002).....	14
Quadro 4 - Idades e número de filhos.....	15
Quadro 5 - Percentagem por género no fenómeno <i>DINK</i> .....	17
Quadro 6 - O número ideal de filhos para os estudantes universitários.....	18
Quadro 7 - Idade média da mãe na altura do nascimento do primeiro filho.....	19
Quadro 8 - Número médio de filhos por mulher.....	20
Quadro 9 - Taxa bruta de natalidade em 1981 e 2011.....	22
Quadro 10 - A preferência do sexo de filho.....	28
Quadro 11 - O rendimento mensal e o número de filhos ( regiões urbanas).....	42
Quadro 12 - O rendimento anual e o número de filhos ( regiões rurais).....	42
Quadro 13 - A distribuição da população portuguesa (com 15 ou mais anos) segundo a religião.....	45
Quadro 14 - Distribuição percentual de mulheres chinesas por método contraceptivo (1982-1998).....	49
Quadro 15 - Distribuição percentual de mulheres por método contraceptivo e grupo etário(1997).....	51
Quadro 16 - Nível de instrução e idade de maternidade na China.....	53
Quadro 17 - População com 65 ou mais anos a viver só.....	68
Quadro 18 - Peso dos grupos etários no total da população (em %).....	69

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Maternidade precoce e tardia, Portugal (1960-1999).....	22
Gráfico 2 - Número de nascimentos fora do casamento em Portugal (1960 a 2001).....	24
Gráfico 3 - O número de nascimentos de meninos por cada cem de meninas.....	27
Gráfico 4 - Alunos matriculados no ensino superior em Portugal: total e por género.....	53
Gráfico 5 - Dimensão média dos agregados domésticos privados.....	59
Gráfico 6 - Idade média ao primeiro casamento por género.....	62
Gráfico 7 - População portuguesa residente por grandes grupos etários.....	66
Gráfico 8 - Esperança de vida à nascença por género.....	67

# Introdução

Quanto falamos de atitude para com a procriação, estamos a referir-nos às opiniões acerca do destino e do significado da fertilidade; a preferência do sexo dos filhos; a expectativa do número de filhos; a escolha do momento da gravidez e o intervalo entre filhos. A atitude de procriação exerce grande influência quer no número de filhos, quer no equilíbrio entre géneros, e a sua transformação suscitou uma mudança na estrutura da população, conduzindo ainda a uma série de problemas sociais.

A China e Portugal possuem não só uma grande distância geográfica, mas também circunstâncias sociais diferentes e raízes culturais muito distintas. Porém, em matéria de procriação, analisaremos que, em ambos os países, se registaram grandes mudanças desde a década de 70. Desde essa altura que a China vive uma fase de transformação muito rápida, verificando-se grandes alterações ao nível das mentalidades. No final dos anos 70, à medida que se implementava a política do filho único, registou-se uma diminuição notável da taxa de fecundidade, e esta política suscitou uma forte polémica em toda a sociedade. Sem dúvida, a política do filho único e as mudanças de mentalidades exerceram uma influência profunda nas atitudes face à procriação dos chineses.

A sociedade portuguesa sofreu grandes convulsões na mesma década e, até agora, a atitude face à procriação dos portugueses tem sido bastante influenciada pelas revoluções sociais registadas. A par disso, com os avanços médicos e mudança ideológica, as circunstâncias de procriação dos portugueses mudaram radicalmente, em comparação com o período anterior.

Sendo uma estudante chinesa, venho de um típico país oriental, onde o pensamento do confucionismo e a cultura de «mais filhos, mais felicidade» têm ocupado lugares relevantes a nível nacional. No entanto, devido às políticas rígidas de planeamento familiar, as atitudes face à procriação dos chineses possuem características muito próprias. Durante os três anos que permaneci em Portugal, verifiquei que as famílias portuguesas possuem cada vez menos filhos, paralelamente, regista-se o crescimento

do número de idosos, fenómenos que me interessarem sobremaneira e que conduziram à escolha do presente tema para investigação. Creio firmemente que a evolução da população é decidida pela atitude reprodutiva dos indivíduos. O desenvolvimento da sociedade depende da força humana e a questão da população é o núcleo de muitas questões sociais contemporâneas, por isso, é significativo abordar toda a problemática.

Esta dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se as atitudes face à procriação na China e em Portugal entre 1973 e 2013, designadamente as mudanças na idade de procriação e no número de filhos, a preferência do sexo de filho e as situações de aborto. Para uma melhor análise das transformações verificadas nos dois contextos nos últimos 40 anos faz-se, em primeiro lugar, uma apresentação geral das opiniões tradicionais, nomeadamente as influências exercidas pelo confucionismo na China e pelo catolicismo em Portugal. No que concerne às mudanças na idade de procriação e no número de filhos dos chineses, procurar-se-á examinar o fenómeno *DINK* (do inglês *double income, but no kids*) na China e a opinião dos estudantes universitários sobre o número ideal de filhos. Quando à situação portuguesa, faz-se uma análise regional sobre a fecundidade e maternidade precoces e tardias. No que respeita à preferência do sexo de filho, destaca-se o fenómeno da preferência por prole do sexo masculino na China.

No segundo capítulo abordam-se as possíveis causas das diferentes atitudes face à procriação nos dois países, principalmente ao nível da política, da economia, da religião, do avanço da sociedade e da mudança de mentalidades. Ao nível político, torna-se imprescindível apontar o planeamento familiar e a política do filho único na China, bem como o enquadramento legal sobre o aborto em Portugal. No aspeto económico, será enfatizada a relação entre os custos que os filhos acarretam e os benefícios trazidos pelos mesmos. Por fim, em termos do avanço social e mudança de mentalidades, foca-se a difusão de métodos contraceptivos nos dois países e as consequências de uma educação prolongada.

O terceiro capítulo é dedicado aos resultados advindos das mudanças de atitudes face à procriação nos últimos 40 anos, na China e em Portugal. Com esta mudança, nomeadamente depois dos anos 70, desencadeou-se uma série de problemas sociais, a saber, a questão do envelhecimento, a alteração da estrutura familiar, a falta de mão de obra, para mencionar apenas alguns. A análise das atitudes para com a procriação nos contextos chinês e português resulta num melhor entendimento das diferenças culturais, religiosas e políticas entre a China e Portugal. Ou seja, pela via das atitudes de procriação, pode elaborar-se um estudo de interculturalidade.

Por fim, uma breve conclusão oferece uma reflexão global de todas as questões esmiuçadas.



# **Capítulo I**

As atitudes face à procriação na  
China e em Portugal entre 1973 e 2013

## 1.1 Introdução

Na história da Humanidade, uma taxa de natalidade alta desempenha um papel fundamental para a perpetuação da raça. As atitudes face à procriação divergem, no entanto, profundamente em cada momento histórico.

Na sociedade agrícola, com escassez de recursos tecnológicos e força produtiva, a esmagadora maioria da produção dependia da mão de obra. Naquela época não existia qualquer sistema de segurança social, pelo que os filhos garantiam o sustento dos mais velhos, o que resultava em famílias numerosas e na predileção por filhos do sexo masculino.

Na sociedade industrial, com o desenvolvimento da tecnologia e da economia, a vida mudou: os indivíduos começaram a dar mais atenção à qualidade de vida dos filhos, relegando o tamanho da descendência para segundo plano.

Na atual sociedade moderna, as mulheres são cada vez mais independentes, almejam construir carreiras de sucesso e, com a chegada a meios de contraceção eficazes e acessíveis, é possível decidir o calendário da gravidez e o número de filhos. Os novos valores sobre a família conduzirão a atitudes novas perante a fecundidade e a maternidade. Neste século XXI, os indivíduos em idade fértil dedicam mais tempo à vida privada, escolhendo a vida conjugal tardia e adiando o projeto procriativo, procurando previamente estabilidade tanto do ponto de vista afetivo, como material.

A atitude face à procriação pode ser analisada em quatro vertentes: opiniões sobre o destino e o significado da fertilidade; a preferência do sexo dos filhos; a expectativa do número de filhos; a escolha do calendário de gravidez e o intervalo entre filhos. Na questão da fecundidade, a China, enquanto típico país oriental, possui as tradições muito distintas das portuguesas. Mas antes de abordar as circunstâncias modernas, aponte-se de forma sucinta as conceções tradicionais quer na China, quer em Portugal.

## 1.2. Apresentação geral das atitudes tradicionais na China e em Portugal

Sob influência do feudalismo e do pensamento confucionista, as atitudes tradicionais chinesas face à procriação caracterizaram-se pela procura da gravidez precoce, pelo desejo de um grande número de filhos, e pela preferência do sexo masculino. Por exemplo, na dinastia Zhou, as meninas eram forçadas a casar entre os 14 e os 20 anos, sendo comum que entrassem na maternidade a partir dos 15 anos. No final da dinastia Qing, a última na história chinesa, os casamentos eram permitidos aos homens com mais de 16 anos e meninas com mais de 14 ano<sup>1</sup>.

Os governos consideravam o crescimento da população como símbolo de prosperidade, pelo que promoviam a procriação precoce. Por exemplo, na dinastia Tang, as famílias com mais de três filhos pagavam menos impostos. À luz do pensamento confucionista uma grande descendência é motivo de orgulhoso, ao mesmo tempo que a esterilidade ou ausência de descendência masculina é considerada *não filial*. Na China, 孝文化 *xiào wénhuà*, ou «a cultura da piedade filial» é ainda muito forte, os filhos têm que mostrar o maior respeito pelos seus progenitores.

Durante a sociedade feudal, o principal objetivo da procriação foi garantir a segurança na velhice. Numa perspetiva económica, mais filhos significavam melhores cuidados para os pais idosos, com uma menor sobrecarga para a geração mais nova. Com mão de obra suficiente e filhos do sexo masculino, é mais fácil acumular propriedades e riquezas para a família. Ao espírito da época, os filhos não só traziam mais riqueza, mas eram também uma obrigação espiritual dos progenitores. Como referido anteriormente «mais filhos, mais felicidade»<sup>2</sup> é uma atitude tradicional dos chineses.

A preferência pelo sexo masculino foi outra especificidade tradicional. Numa

---

<sup>1</sup> Cf. Tian Xueyuan, *Estudo da Cultura de Procriação*. Editora China Financial e Economic Press, Beijing, 2006, p. 43.

<sup>2</sup> 多子多福 *duōzǐ duōfú*.

sociedade patriarcal, a importância de uma mulher era diminuta, por vezes nem sequer merecia um nome próprio, ou era considerada descendência. O seu valor era proporcional ao número de filhos que era capaz de gerar. Aliás, não ter descendência era o maior insulto às mulheres. Para além do que, somente o filho homem podia herdar os bens da família.

Quando a mulher se casava, era encarada como propriedade do marido, sendo seu dever cuidar dos pais do seu marido em detrimento dos seus. Isto explica porque os filhos masculinos eram mais desejados pelos progenitores. Tanto na mentalidade tradicional como na realidade do quotidiano, as famílias com mais membros do sexo masculino eram mais respeitadas e possuíam mais privilégios, em contrapartida, as famílias com falta de mão de obra, sentiam mais dificuldades em garantir uma boa produção agrícola. Mas, apesar desta preferência pelo sexo masculino, a percentagem entre os dois sexos foi sendo proporcional, uma vez que a medicina não conseguia intervir artificialmente na concepção.

Depois da revolução de Xinhai (1911)<sup>3</sup>, em parte graças à influência ocidental, a mentalidade dos cidadãos transformou-se gradualmente, sobretudo nas áreas metropolitanas, com muitos indivíduos a formarem novas opiniões sobre a procriação. Em 1929, o governo redefiniu a idade mínima para casar: 18 anos para os homens e 16 anos para as mulheres. Outro projeto de lei, datado de 1930, garantiu às mulheres o direito de herança, o que beneficiou grandemente a condição feminina<sup>4</sup>.

Nas regiões rurais, contudo, a tradicional forma de pensar e planear a vida familiar permaneceu inalterada nas décadas de 20 e 30, do século XX, porque as circunstâncias não se alteraram: a taxa de mortalidade continuava muito alta, por falta de cuidados médicos adequados, e a esperança média de vida rondava apenas os 35 anos. De modo a garantir a estabilidade da população, inevitavelmente, manteve-se a

---

<sup>3</sup> 辛亥革命 *xīn hài gé mìng*.

<sup>4</sup> Cf. Qi Xiaolan, *Estudo Comparativo das Culturas Ocidental e Oriental de Procriação*, The Population of China Press, Beijing, 2006, p. 64.

taxa de natalidade elevada.

Com a implantação da República da China (1949), assistiu-se a uma transformação em todos os setores da sociedade chinesa. Graças à Revolução da Terra<sup>5</sup>, a vida dos camponeses melhorou e a taxa da mortalidade infantil diminuiu, o que contribuiu para uma mudança de atitude em relação à fecundidade. Os indivíduos começaram a preocupar-se com a qualidade de vida e educação que podiam proporcionar aos seus filhos.

Todavia, as prolongadas guerras reduziram a densidade populacional, obrigando o governo a incentivar a natalidade. Em 1950, foi aprovada uma lei que proibia qualquer método de contraceção, incluindo o uso da pílula<sup>6</sup>, após o que a população chinesa registou um crescimento mais rápido.

Como se pode observar no Quadro 1, a população chinesa atingiu 700 milhões até ao *II Recenseamento* (1964), o que significou um aumento de 150 milhões de pessoas em comparação com o ano de 1949. Perante este crescimento exponencial da população, o governo tomou novas medidas, por exemplo, abolindo a proibição dos métodos da contraceção e do aborto, e promovendo mesmo o conhecimento da contraceção e outras medidas.

**Quadro 1** - População chinesa, 1949 a 1964

Ano	Taxa de natalidade (‰)	Taxa de mortalidade (‰)	Taxa de crescimento (%)	População total (mil)
1949	36,00	20,00	18,70	54.1670
1950	37,00	18,00	19,00	55.1960
1951	37,00	17,80	20,00	56.3000
1952	37,00	17,00	20,00	57.4820

---

<sup>5</sup> 土地革命 *tǔdì géming*

<sup>6</sup> *Idem, Ibidem*, p. 67.

1953	37,00	14,00	23,00	58.7960
1954	37,97	13,18	24,79	602.660
1955	32,60	12,28	20,32	614.650
1956	31,90	11,40	20,50	628.280
1957	34,03	10,8	23,23	646.530
1958	29,22	11,98	17,24	659.940
1959	24,78	14,59	10,19	672.070
1960	20,86	25,43	-4,57	662.070
1961	18,02	14,24	3,78	658.590
1962	37,01	10,02	26,99	672.950
1963	43,37	10,04	33,33	691.720
1964	39,14	11,50	27,64	704.990
1965	37,88	9,50	28,38	725.380
1966	35,05	8,83	26,22	745.400

Fonte: IV a V Recenseamentos Gerais da População Chinesa.

### ***As atitudes tradicionais sobre procriação em Portugal***

A civilização europeia nasceu na Grécia Antiga, onde a economia dependia fortemente da mão de obra sendo, por isso, necessário encorajar a fecundidade através de políticas específicas para esse fim. Também ali se registava uma preferência por descendência do sexo masculino: só eles podiam herdar ou participar nas cerimónias públicas.

Na Idade Média, o cristianismo passou a ocupar um lugar dominante, regulando as atividades conjugais. As doutrinas cristãs acerca da procriação, são contudo contraditórias. Por um lado, o cristianismo não encoraja as atividades sexuais, definindo o sexo como origem do pecado, determinando que o seu objetivo não deve ser o prazer carnal mas tão-somente a procriação. Por outro lado, de acordo com a Bíblia, os filhos são uma bênção que vem do Senhor, por isso, o sexo entre casais

deve ser tolerado, ao mesmo tempo o livro sagrado insiste em afirmar que todos os meios de contraceção artificial e o aborto são contra as leis de Deus.

“O fruto do ventre é o seu galardão.” (Sal. 127:3). Não são só os filhos que são uma bênção, mas também os filhos dos filhos são “a coroa dos velhos” (Prov. 17:6). Quantos mais filhos, maiores as bênções (Sal. 127:3-5). O facto de não se ter filhos era motivo de vergonha (Gén. 30:22,23) e opróbrio (Lucas 1:25).

O domínio religioso foi fortemente ameaçado pelo Iluminismo, que assolou toda a Europa nos séculos XVII e XVIII, enaltecendo o poder da razão e contestando de forma violenta os abusos da Igreja. Corrompido pela decadência moral e pelo enfraquecimento dos princípios religiosos, o Ocidente foi invadido por uma grande variedade de práticas contrárias aos preceitos defendidos pela Santa Sé. Com efeito, os indivíduos começaram a lutar pela liberdade e a igualdade, ajuizando acerca de assuntos como a procriação sem qualquer intervenção religiosa.

**Quadro 2** - Taxa bruta de natalidade e de mortalidade em Portugal ( 1900-1970)

<b>Data dos censos</b>	<b>Taxa bruta de natalidade</b> <b>(‰)</b>	<b>Taxa bruta de mortalidade</b> <b>(‰)</b>
1900	30,3	20,3
1911	38,3	21,8
1920	33,4	23,5
1930	29,8	17,1
1940	24,2	15,5
1950	24,1	12,1
1960	24,1	10,7
1970	20,0	9,8

Fonte: IV a XIV *Recenseamentos Gerais da População e Estatísticas Demográficas*, INE, Lisboa.

No século XX, os movimentos feministas, que conduziram à emancipação da mulher,

e a sua entrada em força no mercado do trabalho, acarretaram um controlo da maternidade e um maior planeamento familiar. Na primeira metade do século XX, a fecundidade desceu em Portugal. Este decréscimo foi moderado na década de 30 - a média de 3,8 filhos, em 1930, passou para 3,1 filhos por mulher, em 1940, e estagnou entre 1940 e o início dos anos 60<sup>7</sup>.

Quanto à mortalidade infantil, no início dos anos 40, a taxa em Portugal registava ainda um valor bastante elevado de 12,6%. Ou seja, mais de 1 bebé em cada 10 nascidos não sobreviviam no primeiro ano de vida. Felizmente, a taxa de mortalidade infantil foi declinando progressivamente. No início da década de 60, embora a taxa de mortalidade infantil permanecesse relativamente alta, a substituição de gerações encontrava-se garantida.

Todo este panorama se altera nos anos 60: a percentagem de nascimentos inicia uma fase de declínio. Em 1960 e em 2001, a taxa bruta de natalidade foram de 2 ‰ e de 11 ‰, respetivamente<sup>8</sup>. Tendo em conta os principais fatores que motivaram estas quebras, podem distinguir-se dois períodos. Do início dos anos 60 até ao início dos anos 70, a diminuição pode ser essencialmente relacionada com o fenómeno de emigração. Naquele período, a estrutura da população tornou-se menos favorável à ocorrência de nascimentos em Portugal, em virtude da forte emigração observada. No período posterior, o declínio dos níveis de fecundidade contribuiu significativamente para essa diminuição.

Como vimos, o ideal de «mais filhos, mais felicidade», que influenciou a sociedade chinesa durante mais de dois mil anos não ocorreu em Portugal. Os níveis de fecundidade em Portugal são variáveis e estão estreitamente relacionados com a economia, o contexto político e o desenvolvimento social.

---

<sup>7</sup> Cf. Cláudia Vieira e Maria João Valente Rosa, *A População Portuguesa no Século XX*, Editora Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003, p. 18.

<sup>8</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.



O século XX, para Portugal, ficou marcado não só pela modernização da sociedade, mas também por muitos acontecimentos históricos fundamentais, nacionais e internacionais, especialmente: a implantação da República (1910, Portugal); a I Guerra Mundial (1914-1918); o início do Estado Novo (1926, Portugal); a II Guerra Mundial (1939-1945); as guerras coloniais (1961-1974, Portugal); a crise económica mundial (1974) e a instauração do regime democrático (1974, Portugal). Todos estes acontecimentos afetaram as atitudes dos portugueses em relação à procriação.

Com efeito, embora o pensamento «mais filhos, mais felicidade» continue a desempenhar um papel importante na China, os fatores económicos e políticos também pesam muito nas atitudes de procriação dos cidadãos, na sociedade moderna.

### **1.3 Mudanças da idade de procriação e do número de filhos nos últimos 40 anos**

#### **1.3.1 O contexto chinês de procriação**

Nos anos 60, a taxa de fecundidade atingiu 5,61, ou seja, em média, cada casal chinês tinha 5 ou 6 filhos sendo o número de nados-vivos superior nas regiões urbanas. Na década de 70, o governo tomou medidas que visavam conter o crescimento acentuado da população. Em 1973, estipulou que a idade mínima para casar era de 22 anos para os homens e 20 anos para as mulheres, e um intervalo mínimo entre cada filho de três anos<sup>9</sup>.

A partir de 1978, o país foi-se abrindo ao exterior de forma gradual, registando, de forma concomitante, um desenvolvimento acelerado da economia. A crescente ligação da China ao exterior, não só no plano político, mas também sociocultural, pressupôs uma mudança progressiva das mentalidades. Isto afetou o planeamento familiar dos

---

<sup>9</sup> Cf Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 13.

chineses, com cada vez mais indivíduos a darem prioridade à qualidade de vida, em detrimento do número de filhos. Paralelamente, com o aumento dos níveis de escolarização e a elevação das qualificações profissionais, tanto masculinas como femininas, e também em virtude da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, as mulheres desejam ter menos filhos do que antes.

### ***As principais características da atual atitude face à procriação***

A atitude moderna para com a procriação caracteriza-se pela procriação tardia e o número reduzido de filhos. No entanto, o tradicional pensamento de «mais filhos, mais felicidade» ainda existe, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas. Ainda assim, assistiu-se a transformações substanciais em toda a China. Um inquérito feito na década 80 revelou que, nas regiões urbanas, o número ideal de filhos era, em média, 1,8 ou menos, enquanto nas regiões rurais ascendia a 2 filhos.

**Quadro 3** - O número ideal de filhos para os chineses ( 2002)

	0	1	2	Mais do que 3	Número médio de filhos
Cidade grande	8,3	49,4	39,5	2,8	1,39
Sem limite político	0,6	37,6	56,8	5,0	1,70
Cidade pequena	6,9	42,6	44,1	6,4	1,53
Sem limite político	0,6	33,5	56,7	9,0	1,78
População fluente	6,6	49,9	39,8	3,7	1,45
Sem limite político	0,0	34,4	56,6	9,9	1,85
Região rural	2,4	22,8	56,4	18,4	2,01
Sem limite político	0,3	16,8	58,8	24,1	2,23
Situação nacional	4,4	31,8	50,7	13,1	1,80
Sem limite político	0,4	23,8	58,1	17,7	2,05

Fonte: Comissão de Planeamento Familiar, 2002.

Em 2002, a Comissão de Planeamento Familiar<sup>10</sup> realizou um inquérito sobre o número ideal de filhos em toda a China. Os resultados desta sondagem (Quadro 3) revelam que, quer nas regiões urbanas, quer nas regiões rurais, a maioria das pessoas deseja ter 1 ou 2 filhos. Destaque-se também que a percentagem de famílias que desejam ter mais do que 3 filhos, nas cidades, é muita baixa. Quanto ao número ideal de filhos, a média é de 1,46 e 2,01, nas regiões urbanas e regiões rurais, respetivamente. Apesar da maioria dos habitantes de zonas rurais desejar ter 2 filhos, ainda existem alguns que gostariam de uma família grande, com mais de 3 filhos.

**Quadro 4** - Idades e número de filhos

	Regiões urbanas		Regiões rurais	
	Número de filhos	Nº da amostra	Número de filhos	Nº da amostra
≤29 anos	1,111	190	1,224	214
30~39 anos	1,240	525	1,808	480
40~49 anos	1,540	515	2,253	600
50~59 anos	1,827	185	2,587	195
≥ 60 anos	2,667	9	2,714	21

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p.172.

Em 2010, a Universidade Comercial da Província Henan fez um inquérito a 6.253 pessoas, residentes em zonas rurais e urbanas e de diferentes faixas etárias, sobre o número de filhos que tiveram (Quadro 4). Da observação do quadro em questão, pode concluir-se que os jovens com níveis de escolaridade mais elevados, são menos influenciados pelos conceitos tradicionais e, conseqüentemente, têm menos filhos.

Por outro lado, nas regiões rurais, em virtude da maior procura de mão de obra, a taxa de fecundidade é mais alta do que a das regiões urbanas. De um modo geral, a taxa de fecundidade tem diminuído a nível nacional desde a década de 70, devido às políticas

<sup>10</sup> 计划生育委员会 *jìhuà shēngyù wěiyuánhui*.

de procriação controlada. No *VI Recenseamento*, verificou-se que a taxa média de fecundidade passa de 5,61 (1964) para 1,51 (2010), deixando de assegurar a substituição de gerações, porque para isso, a taxa mínima de fecundidade tem que chegar a 2,1.

### ***O fenómeno de "DINK"<sup>11</sup> na China***

A sigla *DINK* (do inglês *double income, but no kids*) refere-se aos casais com avultados rendimentos, ou seja, com capacidade financeira para terem filhos, mas sem desejo de o fazerem. Este fenómeno prevaleceu no Ocidente, na década de 70, emergindo na China no início dos anos 80.

O fenómeno de *DINK* choca diretamente com a tradição chinesa, que relaciona a felicidade com o número de filhos. Normalmente, os casais *DINK* vêm de áreas metropolitanas, gozam de um nível alto de escolarização e não sofrem quaisquer problemas de fecundidade.

Segundo um inquérito dos anos 80, 5,47% dos participantes (111 pessoas) não desejam ter filhos, grupo que se pode definir como *DINK*. Num outro relatório, realizado em Xangai em 2004, as famílias de *DINK* representavam já 12,4% da amostra, percentagem que subia ainda mais nos casais entre 20 e 40 anos<sup>12</sup>.

*DINK* torna-se um tipo de moda entre os jovens que prosseguem uma vida liberal e protestam contra as tradições. Nas famílias de *DINK*, observa-se que a escolha de não ter filhos é da responsabilidade das mulheres, como se pode observar no quadro seguinte. Tratam-se normalmente de esposas com carreiras, com elevados rendimentos e muita pressão profissional e, por isso, o custo da criação de filhos é mais alto para elas.

---

<sup>11</sup> 丁克 *dīngkè*

<sup>12</sup> Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 188.

**Quadro 5** - Percentagem por género no fenómeno *DINK*

	<b>DINK</b>		<b>Casais normais</b>	
	Percentagem (%)	Nº da amostra	Percentagem (%)	Nº da amostra
Homem	38,74	43	47,13	904
Mulher	61,26	68	52,87	1014

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p.190.

O fenómeno de *DINK* não é comum a nível nacional, registando-se normalmente em famílias favorecidas, residentes em áreas metropolitanas. Porém, no futuro, deve investigar-se o desenvolvimento deste fenómeno, pois influencia o número de nados-vivos e também tem relação com a qualidade de vida do descendente, pois, como vimos, estas são famílias com meios para oferecer aos filhos uma educação privilegiada.

#### ***A atitude face à procriação dos estudantes universitários***

Em 2008, o número de estudantes universitários na China chegou a 20.970 milhões, o que representa 23,3% dos jovens na faixa etária 19-24 anos. Sem dúvida, no futuro, este grupo contribuirá muito para o desenvolvimento do país, fará parte de uma elite nacional, indutora de cultura e de tecnologia de ponta. A sua postura reprodutiva será determinante para o número de nados-vivos e para as condições oferecidas à geração seguinte, por isso, é necessário estudar as suas atitudes nesta matéria.

Em 2009, realizou-se um inquérito sobre a atitude de procriação com uma amostra de 1.355 estudantes universitários, sendo 901 participantes oriundos de regiões urbanas e 454 de zonas rurais. O número ideal de filhos para estes dois grupos de estudantes eram em média 1,335 e 1,387, respetivamente<sup>13</sup>. Analisando o Quadro 6, constata-se que mais de metade dos inquiridos desejavam ter apenas 1 filho, o que atirou o

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, p.188.

número ideal de filhos para 1,352, inferior à média nacional.

Este estudo revela ainda que o número dos participantes que não desejam ter filhos é superior aos dados nacionais e que o número de inquiridos que deseja uma família grande (com mais de 3 filhos) é menor, quando se faz a mesma comparação. Aliás, não existe grande diferença entre as opiniões dos estudantes provenientes de meios urbanos e dos rurais sobre o número ideal de filhos (1,335 e 1,387), o que significa que o nível de educação diminui o peso causado pela distinção regional.

**Quadro 6** - O número ideal de filhos para os estudantes universitários

Número ideal de filhos	Percentagem (%)	Amostra
0	9,59	130
1	51,51	698
2	34,69	470
3	1,85	25
Mais do que 3	2,36	32

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p.193.

### ***A idade de procriação***

Em 1949, aquando do nascimento da República Popular da China, a idade média da conjugalidade das mulheres era de 18,57 anos. Em 1960, passou para 19,57 anos e nas décadas seguintes - 1970, 1980 e 1990 - a média de idade foi 20,19 anos, 23,05 anos e 22,04 anos, respectivamente. No ano 2000, por altura da viragem do século, a idade média chegou aos 23,58 anos<sup>14</sup>. Influenciadas pelo peso da tradição, a esmagadora maioria das mulheres escolhe ter filhos depois do casamento.

Como se pode verificar no quadro abaixo (Quadro 7), entre 1970 e 2009, a idade média por altura do nascimento do primeiro filho tende a aumentar. Verifica-se porém

<sup>14</sup> Tian Xueyuan, *Estudo da Cultura de Procriação*, Beijing, p. 59.

uma exceção na década de 90, porventura em virtude das mudanças políticas, período em que as mulheres são mais jovens aquando do nascimento do primeiro filho.

**Quadro 7** - Idade média da mãe na altura do nascimento do primeiro filho

Data em que o primeiro filho nasceu	Mulheres das regiões urbanas		Mulheres das regiões rurais	
	Idade média	Amostra	Idade média	Amostra
1970-1979	23,263	90	22,310	47
1980-1989	24,024	287	23,665	254
1990-1999	23,823	266	24,059	255
2000-2009	25,991	216	24,264	163

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 223.

Segundo uma investigação feita pela Comissão do Planeamento Familiar, na década de 90, a mãe tardia (com mais do que 35 anos) representava apenas 2% mas, em 2006, esta percentagem registou um aumento significativo e, hoje em dia, nas regiões metropolitanas, chega já a 10% das parturientes.

Com um perfil de evolução oposto ao da maternidade tardia, a percentagem de mães precoces tem vindo a diminuir desde a década 70. No ano 2000, a percentagem de mães jovens - entre os 15 e os 20 anos - foi de 2,67% e, oito anos mais tarde, passou a 0,87%. A maioria das mães precoces vem de regiões menos desenvolvidas, com um baixo nível da escolarização. Sublinhe-se que na China, uma criança concebida fora do casamento dificilmente consegue ser registrada e, sem identificação civil, não poderá frequentar a escola, pelo que a maternidade precoce é rara.

### 1.3.2 O contexto de procriação em Portugal

Nas últimas décadas, Portugal assistiu a profundas transformações políticas, económicas e sociais verificando-se, ao mesmo tempo, a transição de um regime autoritário para uma democracia. Tudo isso influenciou a opinião e o comportamento

dos portugueses face à fecundidade. Neste período, a fecundidade sobressai como um indicador que sofre um decréscimo demasiado rápido, abrupto e intenso. De facto, o valor médio de 3,1 filhos por mulher em idade fértil, registado em 1960, passa para 1,5 em 1999.

Nos anos 70, a curva descendente dos níveis de fecundidade tornou-se significativa num curto intervalo de tempo, ou seja, nos anos 80 (mais precisamente em 1983), os valores nacionais da fecundidade deixam de assegurar a substituição de gerações, ou seja, são inferiores ao índice sintético mínimo de 2,1<sup>15</sup>.

**Quadro 8** - Número médio de filhos por mulher

Anos	Índice Sintético de Fecundidade	Taxa Bruta de Reprodução
1973	2,76	1,35
1974	2,69	1,31
1976	2,81	1,37
1980	2,25	1,10
1990	1,57	0,77
1994	1,44	0,70
2000	1,56	0,76
2010	1,37	0,67

Fonte: INE, PORDATA

A quebra do número de nados-vivos está diretamente ligada com baixos níveis de fecundidade. Ora, segundo os dados apresentados no Quadro 8, houve dois momentos atípicos, depois da década de 70 em que o nível de fecundidade subiu ligeiramente: 1974-1976, em que o Índice Sintético de Fecundidade (ISF) passou de 2,74 para 2,81; e entre 1994-2000 quando o ISF passou de 1,44 para 1,56.

Os dois momentos estão relacionados com as migrações. O primeiro crescimento

<sup>15</sup> Cláudia Vieira e Maria João Valente Rosa, *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, p. 43.



episódico prende-se com o regresso de muitos emigrantes das ex-colónias, o que motivou o aumento do número de nascimentos no país. O segundo crescimento, entre 1994-2000, terá sido causado pela segunda geração de emigrantes que entrou no seu período fértil e iniciou o projeto de maternidade.

Com efeito, ao longo do século XX, o número de nados-vivos tem oscilado, e o declínio dos níveis de fecundidade tornou-se manifesto apenas nas últimas décadas. A diminuição do número de nados-vivos e das taxas brutas de natalidade passaram a ser uma consequência óbvia dos baixos níveis de fecundidade. Pese embora a quebra acentuada dos níveis de fecundidade seja recente, não pode ser considerada «episódica», sendo um sinal de modernização da demografia. Mudanças profundas ocorridas na sociedade portuguesa, nomeadamente a difusão de métodos contraceptivos, o recuo das formas tradicionais de vida e o crescente investimento na educação dos filhos, têm vindo a refletir-se nas atitudes dos portugueses. Cada vez mais cidadãos escolhem ter menos filhos e adiam o momento da maternidade.

### ***Análise regional sobre a fecundidade***

Em comparação com a China, o território português é diminuto mas, ainda assim, é habitual analisar-se os dados do país dividindo o território em sete regiões, pelo que analisarei a fecundidade segundo essa organização geográfica. A observação dos dados seguintes (Quadro 9) e outra informação relevante acerca das sete regiões possibilita o reconhecimento de quatro tendências: a Região Autónoma dos Açores e o Algarve são regiões que se mantiveram, predominantemente, acima do nível nacional; a região Centro e o Alentejo mantiveram-se, predominantemente, abaixo do nível nacional; Lisboa tinha um dos níveis mais baixos e passou a um dos mais elevados; enquanto o Norte e a Região Autónoma da Madeira possuíam tradicionalmente os níveis mais elevados e passaram a estar entre os mais baixos.

**Quadro 9** - Taxa bruta de natalidade em 1981 e 2011 (‰)

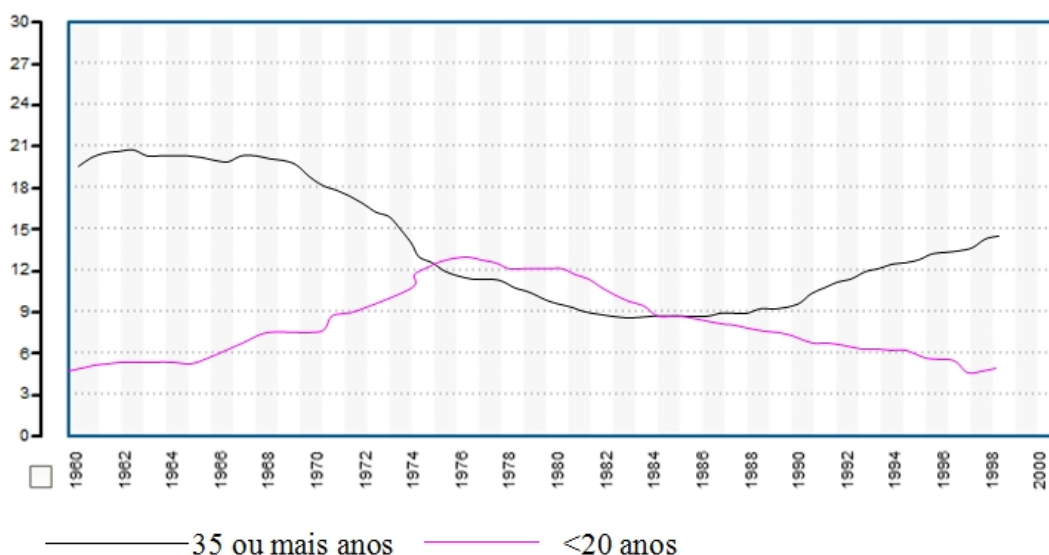
Anos	Taxa bruta de natalidade por região							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1981	15,5	17,5	14,6	13,8	13,1	13,2	20,4	17,5
2011	9,2	8,6	7,9	11,0	8,1	10,1	11,1	9,0

Fonte: INE, PORDATA.

### Maternidade precoce e tardia em Portugal

Em Portugal, a idade média da mãe por altura do nascimento do primeiro filho em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 era de, respetivamente, 24,4 anos, 23,6 anos, 24,7 anos, 26,5 anos e 28,9 anos de idade<sup>16</sup>. Nas últimas décadas, verificou-se uma tendência para o adiamento da maternidade, possível de observar globalmente na evolução das parcelas de mães de idade mais avançada e muito jovens.

**Gráfico 1** - Maternidade precoce e tardia, Portugal (1960-1999)



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1960 a 1999.

De acordo com o Gráfico n.º 1, a partir de 1975, devido ao fácil acesso a contraceptivos,

<sup>16</sup> [www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805](http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805), consultado a 17 de fevereiro de 2013.

a maternidade tardia ( acima dos 35 anos) cai rapidamente. Contudo, registou-se um crescimento depois de 1991, relacionado com o adiamento do nascimento do primeiro filho. A isto some-se ainda o facto de existirem hoje meios de diagnóstico seguros, que reduzem os riscos de uma maternidade em idade avançada. Por outro lado, em virtude dos avanços notáveis na escolarização e na atividade feminina, o adiamento da concepção é inevitável.

Por contraste com o perfil da maternidade tardia, a maternidade precoce apresenta um ritmo em que se individualizam três etapas distintas: no início dos anos 70, os valores são bastante reduzidos; a partir de 1975, amplia-se a parcela de mães jovens para voltar a diminuir no final dos anos 80. Até à Revolução do 25 de Abril, a dinâmica da maternidade precoce foi marcada pelo controlo social.

No período após a revolução, em virtude do prolongamento da escolaridade, aliado a ações de sensibilização sobre comportamentos sexuais de risco dirigidas aos jovens, acentua-se o decréscimo da maternidade na adolescência. De acordo com os dados dos Anuários Estatísticos Regionais de 2000, as situações da maternidade precoce e tardia apresentam tendências regionais bastante marcadas. A maternidade precoce mantém uma expressão considerável no Alentejo e nas duas regiões autónomas (9,2%, 10,9% e 9% respetivamente), onde se concentram jovens com poucos recursos escolares e profissionais.

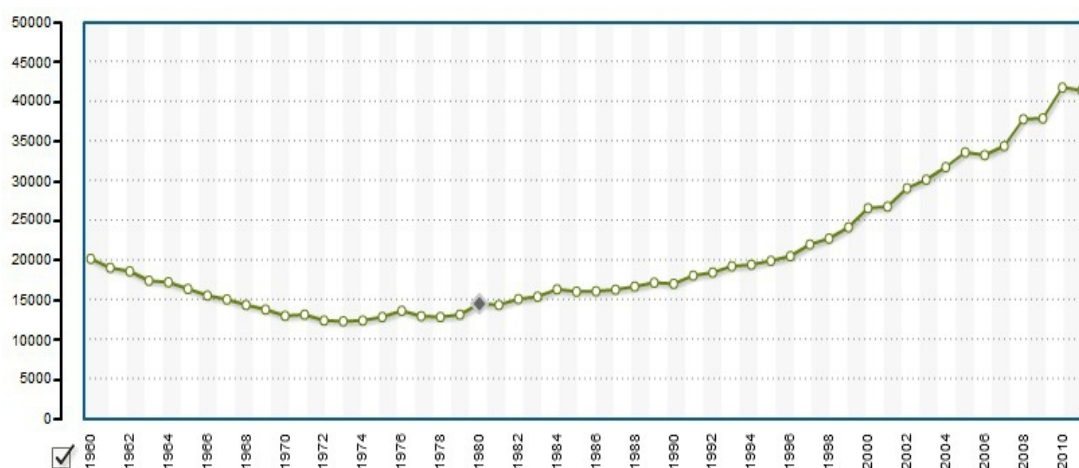
No que diz respeito à maternidade tardia, por razões diferentes, a região de Lisboa, Vale do Tejo e a Madeira destacam-se das restantes com valores bastante superiores. Por um lado, trata-se de um padrão tradicional de fecundidade que se estende ao longo de todo o ciclo fértil da mulher, por outro lado, de um sinal moderno que remete para novas estratégias profissionais e conjugais que *empurram* a maternidade para idades mais tardias.

### *Nascimentos fora do casamento*

Tendo em consideração que o período fértil da mulher é limitado (15-49 anos), e especialmente numa sociedade em que o casamento é cada vez mais tardio, conceber no interior ou fora do casamento é uma das atitudes face à procriação. Embora exista uma ligação forte entre o casamento e a procriação, nos anos 60, devido às fortes restrições existentes em relação ao casamento, regista-se já um número significativo de nascimentos fora do casamento. Neste período, como existiam muitas mães solteiras, a coabitação era uma situação recorrente. Entre a década de 60 e meados dos anos 70 a relação casamento-procriação fica reforçada.

Como se pode constatar no Gráfico nº 2, desde o início dos anos 80 que o número de nascimentos fora do casamento regista uma tendência crescente. Entre 1980 e 2001, o número de nascimentos fora do casamento em Portugal quase duplicou, passando de 15 mil, em 1980, para cerca de 27 mil em 2001.

**Gráfico 2** - Número de nascimentos fora do casamento em Portugal (1960 a 2001)



Fonte: INE, PORDATA.

Neste período, a evolução do número de nascimentos fora do casamento é contrária à evolução do número geral de nascimentos, que diminui significativamente, deixando

de assegurar a substituição de gerações.

A dissociação entre maternidade e nupcialidade é variável consoante as regiões, segundo os dados online da PORDATA, atingindo o máximo no Algarve onde, em 1999, 38% dos nados-vivos são registados fora do casamento, sendo ainda significativa na região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente na área metropolitana de Lisboa. Pelo contrário, os nascimentos fruto de coabitação são pouco expressivos na região Norte.

Em suma, nas últimas décadas, assistiu-se a uma quebra violenta da fecundidade em Portugal, passando o Índice Sintético de Fecundidade de 2,76 (1973) para 1,31 (2010). O nível baixo de fecundidade é motivado por fatores sociais, culturais e económicos, que variam consoante o espaço e o tempo. O declínio inicial de nascimentos esteve relacionado com a diminuição da mortalidade infantil, a emigração, a diminuição da nupcialidade e o celibato. Já o atual contexto de baixa fecundidade resulta de uma maior complexidade de fatores.

Deste 1991 que se registou um crescimento da maternidade tardia, tendência que se manterá, certamente, no futuro, pois cada vez mais mulheres escolhem a maternidade tardia, não só devido ao prolongamento da escolarização, mas também porque uma mãe madura consegue oferecer melhores condições de vida aos filhos. Aliás, o fenómeno de coabitação torna-se cada vez mais comum, causando o crescimento dos nascimentos fora do casamento formal.

## **1.4 A preferência do sexo de filho**

### ***A situação na China***

Na China, a preferência por filhos do sexo masculino remonta a muitos séculos,

tradição profundamente arraigada desde a idade feudal que se traduz na expressão 重男轻女 *zhòngnán qīngnǚ*, o que se poderá traduzir por: “preferir filhos homens a meninas”. Durante muito tempo, ter um filho homem era sinónimo de uma aposentadoria segura, enquanto ter uma filha era considerado um desperdício. A preferência por filhos homens não é racional do ponto de vista social, mas para o indivíduo é uma escolha que faz sentido.

Ainda hoje se abandonam bebés do sexo feminino na China e se dá um tratamento mais favorável aos meninos, em termos de saúde e educação. Esta preferência resultou contudo num grave problema de desequilíbrio entre as meninas e os meninos recém-nascidos, que se veio agravar com a política do filho único. Pela lei biológica, há uma sobremasculinidade dos nascimentos, significando que normalmente nascem mais rapazes do que raparigas, para garantir a sobrevivência da raça humana. Estatisticamente, por cada 105 nascimentos de crianças do sexo masculino, registam-se 100 nascimentos de crianças do sexo feminino.

Segundo um recenseamento publicado em Pequim no ano 2000, no início dos anos 80 havia 108 nascimentos de meninos para cada 100 de meninas (dados do *III Recenseamento*), um índice apenas ligeiramente superior ao natural. Mas, em 2000, segundo o mesmo documento, a proporção era já de 120 meninos para 100 e, em algumas províncias como Anhui, Jiangxi e Shanxi, era ainda superior<sup>17</sup>.

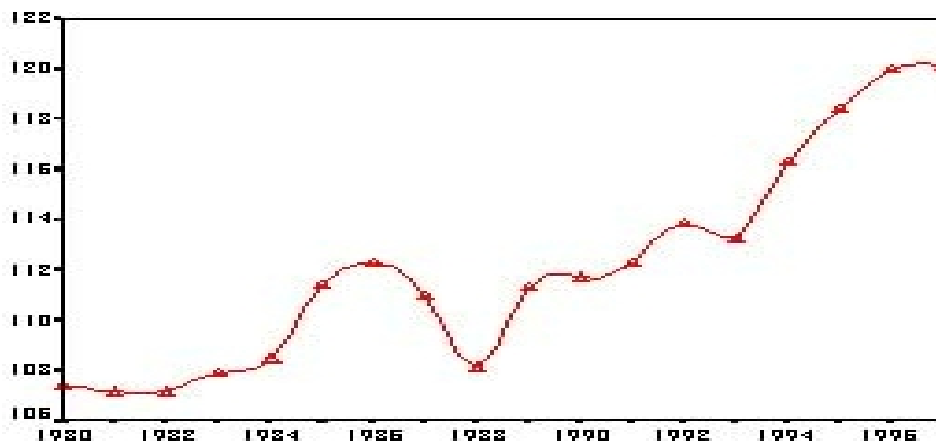
A observação do Gráfico n.º 3 prova que, após 1988, a disparidade entre a natalidade de meninos e meninas subiu tremendamente, sobretudo nas regiões rurais. Por exemplo, segundo os resultados do *V Recenseamento*, a proporção entre os meninos e as meninas recém-nascidos é 114,15 nas cidades, mas dispara para 121,67 nas regiões rurais. As estatísticas refletem a tradição chinesa de gerar pelo menos um filho homem. Aliás, no caso do segundo ou terceiro filho, o número de filhos homens é muito mais alto. Ainda de acordo com o *V Recenseamento*, as proporções dos sexos

---

<sup>17</sup> Tian Xueyuan, *Estudo da Cultura de Procriação*, Beijing, p.101.

do segundo e do terceiro filhos são 151,92 e 160,30 meninos por cada centena de meninas, respectivamente.

**Gráfico 3** - Número de nascimentos de meninos por cada cem de meninas



Fonte: Jornal Estudo de Sociologia, o quinto periódico de 1997.

A política do filho único será a grande causadora deste desequilíbrio, especialmente na década 90, pois nas regiões urbanas, normalmente, um casal só pode ter um filho, conseqüentemente muitos desejam ter um filho homem, seguindo uma exigência cultural ainda profundamente enraizada no povo chinês. Se o primeiro bebê é menina, o casal debate-se com um gravíssimo problema ético e cultural: se ficar com ela, não pode ter um filho homem. A triste realidade é normalmente a morte ou o abandono da menina recém-nascida.

Paralelamente, nas zonas rurais, se o primeiro filho for menina, os pais podem ter um segundo filho, a fim de garantir a suficiência de mão de obra. Muitos deles escolhem o aborto quando sabem que o feto não é do sexo pretendido, o advento da ecografia vem facilitando os abortos em função do sexo. Apesar do aborto seletivo ser ilegal, muitas vezes, os médicos ou enfermeiros encontram maneiras de indicar o sexo de um feto. Eles podem fazer um aceno com a cabeça ou uma vírgula no final das suas anotações médicas, indicando aos pais que eles alcançaram a sua meta ou, pelo contrário, que terão que continuar as suas tentativas para terem um menino.

O desequilíbrio dos sexos desencadeia uma série de problemas de graves consequências porque, na idade de casar, não há raparigas suficientes. Para contornar essa situação, as famílias abastadas tentam *importar*, ilegalmente, mulheres raptadas ou de países vizinhos, mas existe o perigo de as noivas clandestinas serem repatriadas, após um período nas prisões chinesas. Se os rapazes não tiverem dinheiro suficiente para conquistar uma rapariga chinesa ou *importar* uma estrangeira, não podem formar família, o que é uma tragédia, à luz das tradições culturais chinesas fundadas sobre o confucionismo. Além disso, o excesso de homens leva ao aumento da violência sexual, da criminalidade geral e instabilidade social.

**Quadro 10** - A preferência do sexo de filho

A preferência do sexo de filho	Regiões urbanas		Regiões rurais	
	Nº da amostra	Nº de filhos	Nº da amostra	Nº de filhos
Masculino	80	1,91	248	2,35
Feminino	113	1,25	47	1,85
Sem preferência	272	1,50	478	2,09

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 177.

Curiosamente, o Quadro 10 revela que, hoje em dia, nas regiões urbanas a preferência pelo sexo masculino do filho não é forte, pelo contrário, uma parte dos indivíduos prefere meninas. A partir da década de 70, a fim de implementar a 独生子女政策, ou “política do filho único”, o governo tem procurado promover a igualdade entre géneros. Consequentemente, nas cidades, muitos hábitos tradicionais e crenças antigas estão a perder força, aliás, as meninas usufruem a mesma educação que os meninos e possuem cada vez mais oportunidades no mercado de trabalho. Por exemplo, o setor manufatureiro muitas vezes dá preferência a funcionárias, por considerar as mulheres mais cuidadosas e dóceis do que os homens.

Por outro lado, nas cidades, quando se casam, é normalmente a família do noivo que compra o apartamento para o jovem casal e, com a inflação do preço dos imóveis,



especialmente nas áreas metropolitanas, isto representa uma grande despesa. Por isso, muitos moradores em áreas urbanas abdicam agora de filhos do sexo masculino.

Ao contrário do contexto citadino, a vida dos camponeses depende de abundante mão de obra. Além disso, sem um sistema de segurança social, são os filhos que cuidam dos pais durante a terceira idade e que carregam o sobrenome da família, o que perpetua uma forte preferência por filhos homens. No entanto, às portas de um novo milénio, muitas famílias rurais possuem menos terras do que no passado e, com o desenvolvimento da tecnologia, há máquinas agrícolas disponíveis para trabalhar a terra, reduzindo a dependência da força bruta.

Em suma, face à melhoria da condição feminina, a preferência por filhos homens diminuiu no mundo contemporâneo, mas ainda existem muitos que dão preferência aos meninos. Até à década 70, apesar desta forte preferência, não se registou um desequilíbrio evidente da proporção entre meninos e meninas. Mas as rígidas políticas de controlo de natalidade limitam a maioria dos casais a um filho apenas, desencadeando uma onda de aborto seletivo. Consequentemente, é inevitável o excedente de meninos, deixando a China moderna com um dos maiores desequilíbrios de género do mundo.

No que se refere ainda à informação contida no Quadro 10, constata-se que as pessoas que preferem filhos do sexo feminino ou não têm qualquer preferência têm um menor número de filhos. Regra geral, são os casais com níveis de escolaridade elevados que têm menos filhos, e contrariam a tradição de valorizar os filhos homens.

O novo Plano Quinquenal chinês<sup>18</sup>, iniciado em 2011, definiu a ambiciosa meta de reduzir a proporção para 112 ou 113 meninos por cada centena de meninas, até 2015<sup>19</sup>. A prossecução de tal desiderato num tão curto espaço de tempo exige um combate eficaz aos exames ilegais (para verificação do sexo dos fetos) e aos abortos seletivos.

---

<sup>18</sup> 五年计划 *wǔnián jìhuà*.

<sup>19</sup> <http://hn.qq.com/a/20120217/000022.htm>, consultado a 14 de março de 2013.

Para além disso, é necessário endurecer as penalizações aos casais e também às instituições que facilitam tais práticas. Os médicos, clínicas e hospitais infratores correm o risco de perderem as suas licenças para a prática da Medicina.

## 1.5 Aborto

### *Aborto na China*

Na história chinesa, nunca existiu uma lei que proibisse as mulheres de realizarem um aborto. Segundo a Constituição, nos artigos nº 48 e 49, os direitos das mulheres devem ser defendidos pelo país, usufruindo estas de liberdade de escolha em relação à gravidez, significando que as mulheres têm o direito de interromper voluntariamente a gravidez.

Contudo, em 2001, o governo aprovou uma lei chamada *A População e o Planeamento Familiar*<sup>20</sup>, em que interdiz qualquer meio para indicar o sexo de um feto e o aborto em função do mesmo. Em algumas províncias como Jiangsu, Henan e Hainan, o aborto a partir das 14 semanas é condicionado, a fim de diminuir o aborto seletivo, e as mulheres que queiram ou precisem abortar nessa fase da gravidez necessitam de uma declaração médica.

Geralmente, as mulheres que abortam dividem-se em dois grupos: o primeiro integra mulheres casadas já com filhos; o outro diz respeito às mulheres solteiras com menos de 25 anos, nomeadamente estudantes universitárias ou do ensino secundário. Em 2001, segundo dados hospitalares, 20% dos abortos foi realizado por mulheres pertencentes ao segundo grupo<sup>21</sup>.

Na China, o sexo é ainda um tabu, nem os pais nem a escola providenciam qualquer

---

<sup>20</sup> «人口与计划生育法» *rénkǒu yǔ jìhuà shēngyù fǎ*.

<sup>21</sup> *O Anuário da Higiene Chinesa*, 2001.

tipo de educação sexual, sendo a Internet a principal fonte de informação dos jovens nesta matéria.

A falta de orientação sexual é a principal causa do elevado índice de abortos entre os jovens. Muitos não têm qualquer noção das possíveis complicações de um aborto, ao nível físico e psicológico. É proibida toda e qualquer publicidade televisiva a preservativos ou outros métodos contraceptivos, mas os anúncios relacionados com abortos são legais, tanto na televisão como na imprensa escrita. As instituições publicitam um aborto seguro e sem dor, consequentemente, muitos jovens inocentes não sabem utilizar métodos contraceptivos, mas não temem uma gravidez e um aborto. O fenómeno do aborto entre adolescentes torna-se cada vez mais grave, pelo que as famílias e o governo devem dedicar mais atenção à educação sexual dos jovens.

### ***Aborto em Portugal***

Em Portugal, o aborto (ou interrupção voluntária de gravidez - IVG) foi legalizado em 2007, sendo permitido até à 10ª semana de gravidez, independentemente da motivação da mulher. A interrupção da gravidez é ainda permitida até às 16 semanas, em caso de violação ou crime sexual, ou até às 24 semanas em caso de malformação do feto. Por fim, a lei permite um aborto em qualquer momento da gestação, se houver risco para a grávida ou se os fetos forem inviáveis. A interrupção voluntária da gravidez a pedido da grávida (até à 10ª semana de gestação) pode ser realizada no sistema nacional de saúde ou em estabelecimentos de saúde privados, desde que autorizados para o efeito. A grávida que faz uma interrupção voluntária da gravidez ilegal – em estabelecimentos não autorizados ou em casa, por exemplo - pode ser punida com até três anos de prisão<sup>22</sup>.

A IVG foi uma prática proibida em Portugal até 2007, com exceção de situações especiais (i.e. risco de vida). Segundo um inquérito sobre esta prática em Portugal,

---

<sup>22</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto\\_em\\_Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto_em_Portugal), consultado a 13 de abril de 2013.

realizado em 1997, o número de IVG destacou-se significativamente nas faixas etárias mais velhas: 9,7% das mulheres inquiridas entre os 35 e 49 anos tinham já realizado um aborto, percentagem muito superior à verificada na faixa etária dos 15 aos 24 anos, de 2% .

Em 2010, o *Relatório das Interrupções de Gravidez*, divulgado pela Direção-Geral de Saúde, indica que se realizaram 18.911 abortos por opção da mulher, sobretudo na faixa etária dos 20 aos 34 anos, que representou dois terços daquele universo<sup>23</sup>.

A Igreja Católica considera que a alma surge logo no momento da fecundação, pelo que proíbe o aborto em qualquer fase, influência esta que deve ser tida em conta. No entanto, em 1997, a percentagem das mulheres católicas que praticaram uma IVG foi de 6%. Esta proporção passa para 13%, quando consideradas as mulheres sem religião<sup>24</sup>. Naquele estudo, o número de mulheres mais velhas ou que não utilizam nenhum dos métodos contraceptivos eficazes é considerável.

---

<sup>23</sup>[www.publico.pt/sociedade/noticia/numero-de-interruptoes-de-gravidez-diminuiu-no-ano-passado-e-esta-abaixo-das-estimativas-1487621](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/numero-de-interruptoes-de-gravidez-diminuiu-no-ano-passado-e-esta-abaixo-das-estimativas-1487621), consultado a 13 de abril de 2013.

<sup>24</sup> Cf. Ana Nunes de Almeida, *Fecundidade e Contraceção*, Editora ICS-Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2004, p. 66.

## **Capítulo II**

Análise e comparação das  
possíveis causas das diferentes atitudes  
perante a procriação na China e em  
Portugal

## 2.1 Introdução

Como vimos, nos últimos 40 anos assistiu-se a uma diminuição notável no Índice Sintético de Fecundidade (ISF)<sup>25</sup>. Aliás, o fenómeno da maternidade tardia torna-se cada vez mais comum nos dois países.

Ainda que partilhem também uma tendência progressiva para famílias menores, os dois países mantêm uma grande diferença na atitude de procriação: por exemplo, a preferência por um filho homem não se regista na sociedade portuguesa, e as mentalidades em relação ao aborto são bem distintas. Neste capítulo, identificam-se e comparam-se as variáveis que terão contribuído para o comportamento reprodutivo, nos contextos chinês e português.

## 2.2 Políticas

### 2.2.1 O planeamento familiar e a política do filho único na China

Embora o governo distribuisse métodos contraceptivos, a década de 60 foi o período de crescimento mais rápido da população na história chinesa. Em 1963, nasceram 29,54 milhões de bebés e, até ao final daquela década, o número de nados-vivos manteve-se nos 20 milhões anuais. Em 1973, a população chinesa atingiu os 890 milhões: consciente da ameaça que o crescimento explosivo da população representava, o governo decidiu-se por políticas mais rígidas<sup>26</sup>.

Aliás, este percurso começara já na década de 60 do século XX, quando o governo chinês começou a propagar o planeamento familiar em toda a sociedade. Neste

---

<sup>25</sup> Na China o ISF passou de 5,61 (1964) para 1,51 (2010) e, em Portugal, de 3,1 filhos (1960), para 1,5 (1999).

<sup>26</sup> Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 12.

sentido, o Conselho de Estado<sup>27</sup> criou em 1964 a Comissão do Planeamento Familiar. Depois, apareceram outras instituições relevantes em todas as províncias, cidades, até distritos. Desde então, o planeamento familiar foi vigorosamente fomentado, muitos médicos foram enviados para as regiões mais pobres, para informarem os cidadãos sobre contraceção e saúde reprodutiva, oferecendo pílulas e preservativos. Em 1978, numa reunião da Comissão do Planeamento Familiar propõe-se, pela primeira vez, «encorajar cada casal a ter um filho, e o número de filhos de cada casal não pode ser mais do que dois, e o intervalo entre filhos não pode ser menor que três anos».

No início da década de 80, verificou-se uma diminuição abrupta da taxa de fecundidade. Porém, uma vez que a população total era ainda enorme, continuou a conter-se o crescimento demográfico, a facilitar o acesso da população a um melhor sistema de saúde e educação de qualidade. Em 1982, o Conselho de Estado lançou o *Documento nº 1*, oficializando a política de um único filho por casal. Para além de estabelecer vantagens para quem se limitasse a um único filho, decretou severas multas para quem não o fizesse.

Foram todavia contempladas várias situações de exceção: se o primeiro filho é deficiente e não pode ser autossuficiente, os pais podem ter mais de um filho; o mesmo acontece com as famílias que fazem parte de minorias étnicas ou em que ambos os membros do casal são já filhos únicos. Um segundo filho é ainda permitido em situações de esterilidade, quando surge uma gravidez inesperada após uma adoção; aos soldados deficientes e às famílias reconstituídas (quando um elemento do novo casal tem um único filho, podem optar por gerarem um segundo)<sup>28</sup>.

Segundo a previsão da Comissão do Planeamento Familiar, as famílias que cumprem os requisitos acima representam apenas 5% da população. Em 1988, o *Relatório do Trabalho* desta Comissão sublinhou a importância da política do filho único mas, visto que é necessária mão de obra suficiente para abastecer a gigante população

---

<sup>27</sup> 国务院 guówùyuàn.

<sup>28</sup> *Resumo da Reunião da Comissão do Planeamento Familiar*, 1982.

chinesa, os casais das zonas rurais são autorizados a ter dois filhos, caso o primeiro seja uma menina, sendo terminantemente proibido um terceiro filho. Esta política implementar-se-ia nas 18 províncias, e em toda a sociedade, mas os casais das áreas metropolitanas geralmente só podem ter um filho.

Em 1991, o Conselho de Estado considerou o planeamento familiar e a política do filho único como assuntos estatais, manifestando determinação em controlar o avanço populacional. E, neste século XXI, o governo chinês continuou a reforçar a implementação da política do filho único. A *Lei do Planeamento Familiar*<sup>29</sup>, aprovada em 2001, encoraja o adiamento da maternidade e mantém a política do filho único. Aliás, uma forma de promover o planeamento familiar foi facilitar o acesso das mulheres à educação e ao trabalho, para além de dar mais atenção à saúde reprodutiva feminina.

Estas medidas contribuíram para a valorização social das mulheres, que desde a época feudal viviam numa situação de inferioridade. Até 2012, podemos sintetizar quatro tipos de políticas públicas de planeamento familiar. A primeira diz respeito à política do filho único e inclui todos os residentes nas regiões urbanas, e os camponeses nas cidades de Pequim, Tianjian, Xangai, Chongqing e províncias de Jiangsu e Sichuan. Existe uma segunda política, dos 1,5 filhos, que inclui os camponeses das 19 províncias e permite um segundo filho, quando o primeiro é menina. Existe depois uma permissão para se conceber dois filhos, para os camponeses das províncias de Hainan, Qinghai, Ningxia e Xinjiang. Finalmente, existe uma exceção aplicável às famílias das províncias de Heilongjiang, Hainan, Qinghai, Ningxia e Xinjiang, que fazem parte de minorias étnicas, que permite três filhos ou mais filhos.

As políticas de planeamento familiar tornaram-se uma realidade na vida dos chineses há 30 anos. Com base em promessas e ameaças, fizeram baixar a natalidade nas cidades e nas zonas rurais, todavia, estas políticas suscitaram acesas polémicas em

---

<sup>29</sup> 中国计划生育法 *zhōngguó jìhuà shēngyù fǎ*.



todo o mundo, desencadeando uma série de problemas. No final de 2005, o número de instituições ligadas ao planeamento familiar na China ascendia a 82.350, com um total de 423.042 funcionários públicos<sup>30</sup>. O governo proporciona muito apoio financeiro a estas instituições, despendendo 10 milhões yuan (cerca de 1,25 milhões euros) anuais, na compra de preservativos e operações de esterilização.

Para além disso, uma vez que a política do filho único viola o pensamento tradicional de «mais filhos, mais felicidade», registam-se, frequentemente, incidentes violentos entre funcionários e cidadãos, afetando a harmonia social. Exemplifiquemos. Quando os funcionários chegavam a uma aldeia, os camponeses deixavam que os cães os mordessem. Aliás, como os casais que têm mais do que um filho são punidos com severas multas, em algumas regiões, os funcionários encorajam a procriação de modo a cobrarem dinheiro, fenómeno que pode ser considerado corrupção.

Esta política restritiva levou a um aumento significativo do número de casos de aborto e abandono de crianças, principalmente do sexo feminino, conduzindo ao desequilíbrio entre dois sexos. E o envelhecimento populacional é outro problema social de difícil resolução.

### **2.2.2 Políticas de saúde: avanço da contraceção e do aborto em Portugal**

A utilização de métodos contraceptivos é fundamental para os casais controlarem a descendência. Durante o Estado Novo, a legislação portuguesa, através do Decreto-Lei n.º 32 171, de 1942, considerava os métodos contraceptivos produtos abortivos e, como tal, à semelhança de muitos outros países europeus, restringia e criminalizava fortemente a sua difusão e venda<sup>31</sup>.

Mas, de facto, esta legislação não impediu o acesso a métodos como a pílula

---

<sup>30</sup> Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 56.

<sup>31</sup> Cf. Irene Flunser Pimentel, “Natalismo e política materno-infantil”, in *Sexualidade e Planeamento Familiar* (revista), 2002, n.º 34, pp. 15-24.

contracetiva e o preservativo. Em 1962, os portugueses conseguiam obter pílulas nas farmácias, enquanto alguns hospitais públicos e privados começaram a prestar cuidados de saúde às mulheres. Naquela época, surgiu um aceso debate público sobre a necessidade de planeamento familiar, que opôs profissionais de saúde e ativistas católicos. Alguns pioneiros estabeleceriam depois a Associação para o Planeamento da Família, em 1967<sup>32</sup>.

As enormes mudanças políticas e sociais introduzidas pela queda da ditadura, em 25 de abril de 1974, possibilitaram um debate público mais amplo, que tocou profissionais, organizações políticas, movimentos e organizações femininas. A alteração radical das condições políticas e a emergência de um governo com perspetivas mais liberais e modernas estiveram na origem da promulgação, em março de 1976, de um despacho do Secretário de Estado da Saúde, que introduziu as consultas de planeamento familiar na valência de saúde materna dos Centros de Saúde públicos<sup>33</sup>.

Este foi o ponto de partida para o desenvolvimento da saúde reprodutiva e dos serviços de contraceção. Aliás, a Direção-Geral de Saúde ofereceu consultas de planeamento familiar e distribuiu contracetivos graças ao financiamento do *Fundo das Nações Unidas para a População* (FNUAP). Ainda assim, em 1980, o Inquérito Português de Fecundidade revelava que o método mais usado para controlar a natalidade era o coito interrompido, e somente 33% dos casais utilizava métodos contracetivos modernos<sup>34</sup>.

Em 1984, a Assembleia da República aprovou a Lei nº 3/84, que veio garantir o direito à educação sexual e ao planeamento familiar, legitimando o acesso à contraceção eficaz, incluindo aos adolescentes. Esta lei define ainda os cuidados de

---

<sup>32</sup> Cf. David M. Rebelo, *O Movimento do Planeamento Familiar*, Texto Editora, vol. 1, Lisboa, 1987, pp. 103-106.

<sup>33</sup> Ana Nunes de Almeida, *Fecundidade e Contraceção*, Editora ICS-Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2004, p. 33.

<sup>34</sup> INE: Instituto Nacional de Estatística, 1980.

planeamento familiar e o papel dos centros de saúde neste tipo de consultas: o planeamento familiar não se esgota no fornecimento de pílulas, mas inclui a divulgação da informação sexual contribuindo assim para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Não existe qualquer barreira formal de acesso às consultas e o fornecimento de contraceção deve ser gratuito.

Com a aprovação e a implementação das leis sobre planeamento familiar, entre 1984 e 1998, generalizou-se o acesso à contraceção. O planeamento familiar foi integrado na medicina familiar, ou seja, o médico de família assumiu essa responsabilidade. Em 1987, de acordo com o Inquérito Nacional de Saúde, a pílula foi o método contraceutivo mais usado, logo seguido do coito interrompido. Os resultados indicam que mais de metade dos casais utilizava métodos contraceutivos eficazes<sup>35</sup>.

Uma década mais tarde (1997), o país assiste a um novo debate, violento, causado pela proposta para a despenalização do aborto apresentado pela Juventude Socialista e pelo Partido Comunista. Em 1997 e 1998, são a Assembleia da República introduz alterações à legislação sobre a IVG (Lei nº 90/97, de 30 de julho) com importantes repercussões na área da contraceção, pois a educação sexual e o planeamento familiar são apontados como meios de excelência para a prevenção de gravidezes não desejadas.

Em outubro de 1998, foi publicado o *Plano de Ação Interministerial sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar*, documento que resultou do trabalho conjunto de vários departamentos governamentais, visando sobretudo as classes menos favorecidas, especialmente as mulheres em situação de pobreza e pouco instruídas<sup>36</sup>. No ano seguinte, a primeira «pílula do dia seguinte» começou a ser comercializada, mediante prescrição médica. Em 2001, a Assembleia da República aprova nova legislação que facilita o acesso a várias marcas de contraceção de emergência.

---

<sup>35</sup> Ministério da Saúde, 1987.

<sup>36</sup> Cf. Maria João Trindade, “Direitos sexuais e reprodutivos em cuidados de saúde primários”, in *Sexualidade e Planeamento Familiar* nº 34 (revista), 2002, pp. 11-14.

A Lei n.º 16/2007, aprovada a 17 de abril, foi um marco histórico e legislativo em relação ao aborto, ao permitir a interrupção da gravidez até às 10 semanas a todas as grávidas que o solicitem, desde que realizado em estabelecimento de saúde público ou oficialmente reconhecido<sup>37</sup>. Ao longo de mais de três décadas, muitas organizações e profissionais de saúde lutaram por um novo quadro legal, de forma a combater o aborto clandestino em Portugal, que tantas vezes resultava em danos irreversíveis para as mulheres.

A lei entrou em vigor em julho do mesmo ano e, a partir desse momento, o acesso a um aborto seguro e gratuito no Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi estendido a todas as mulheres residentes em Portugal, de nacionalidade portuguesa ou estrangeira. A principal causa da redução drástica do aborto clandestino foi o facto deste ser gratuito no SNS, permitindo assim às mulheres que não conseguem pagar um aborto numa clínica privada, ter acesso a uma interrupção da gravidez segura. Estimativas anteriores apontavam 17 mil a 20 mil abortos anuais em Portugal, por opção da mulher. Em 2009, realizaram-se 18.951 abortos nestas condições, dos quais mais de 70% foram feitos no SNS<sup>38</sup>.

## **2.3 Economia**

No passado, o custo económico que um filho acarretava era muito baixo, aliás os filhos podiam trazer benefícios económicos à família, apesar de não existir um estudo sobre a influência económica na atitude de procriação.

Na década de 50, H. Leibenstein, professor na Universidade de Harvard, apresentou uma teoria que relacionava os custos causados pelo nascimento de um filho e os resultados benéficos do mesmo. Segundo a teoria de Leibenstein, a dimensão familiar,

---

<sup>37</sup> [www.aborto.com](http://www.aborto.com), consultado em 3 de maio de 2013.

<sup>38</sup> [www.mas.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=179:portugal-3-anos-de-aborto-legal-seguro-e-gratuito&catid=82:saude&Itemid=534](http://www.mas.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=179:portugal-3-anos-de-aborto-legal-seguro-e-gratuito&catid=82:saude&Itemid=534), consultado em 3 de maio de 2013.

ou seja, o número de filhos, depende desta relação. O autor identificou dois tipos de custos : os diretos e os indiretos. Os primeiros incluem todo o dinheiro gasto desde a gravidez até a maioridade do filho, nomeadamente despesas de vestuário, alimentação, educação, tratamentos médicos e matrimónio. Em virtude de cuidarem de filhos, os pais perdem oportunidades do trabalho e de educação, ou uma parte do rendimento, o que corresponde aos custos indiretos.

Do outro lado da equação estão os benefícios, destacando-se quatro. Como mão de obra, os filhos criam diretamente rendimento para a família. Em segundo lugar, 养儿防老 *yǎngér fánglǎo*, ou seja, os filhos são uma garantia futura, podendo sustentar os pais quando estes atingem idades avançadas. Para além disso, os filhos trazem felicidade espiritual aos progenitores e, por fim, como sucessores, os filhos assumem a responsabilidade de fortalecer e continuar a linhagem.

Segundo a teoria de H. Leibenstein, com o desenvolvimento social e o aumento do rendimento familiar, o custo económico dos filhos aumenta. Por outro lado, com o aperfeiçoamento de sistemas de segurança social, os idosos deixaram de estar tão dependentes dos filhos. Segundo Leibenstein, quando os custos são mais altos do que os benefícios, as pessoas têm menos filhos. Nas últimas décadas, quer a China, quer Portugal registaram um declínio da fecundidade que, à luz da teoria anterior, pode estar relacionado com o aumento dos custos e diminuição dos benefícios trazidos por cada filho.

Em 2004, Li Jingneng, professor de economia da Universidade de Nankai (China), publicou uma outra teoria que relaciona a taxa de fecundidade e o rendimento. Segundo o economista, um aumento inicial do rendimento, tende a aumentar a taxa de fecundidade. No entanto, quando o rendimento atinge um nível elevado, verifica-se a diminuição da taxa de fecundidade. Ou seja, quando a família possui capacidade financeira suficiente, normalmente, os pais preferem dar mais qualidade de vida aos filhos do que aumentar a descendência, como os dados dos Quadros 11 e 12 parecem

confirmar.

**Quadro 11** - O rendimento mensal e o número de filhos ( regiões urbanas)

<b>Rendimento mensal</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Nível de instrução (anos)</b>	<b>Amostra</b>
<1000 yuan	1,457	10,213	258
1000-1499	1,393	11,346	272
1500-1999	1,415	11,815	205
2000-2499	1,332	12,863	205
>2499	1,316	13,687	307

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 176.

**Quadro 12** - O rendimento anual e o número de filhos ( regiões rurais)

<b>Rendimento anual</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Nível de instrução (anos)</b>	<b>Amostra</b>
<1.500 yuan	2,193	7,735	336
1.500-5.000	2,227	8,437	277
5.001-12.500	1,956	8,947	319
12.501-20.000	1,842	9,200	330
> 20.000	1,839	9,620	237

Fonte: *Idem, Ibidem*, p. 176.

Em Portugal, segundo o *Inquérito à Fecundidade e à Família*, quando questionados acerca dos motivos para não desejarem ter (mais) filhos, 80% das mulheres e 70% dos homens consideram que “ter crianças implica grandes custos”<sup>39</sup>. M.F. Mendes, que reuniu várias teorias sobre o «custo e valor económico da criança», corrobora tal premissa. A autora refere que o declínio da fecundidade está diretamente ligado ao aumento gradual do custo e à progressiva diminuição do valor económico de um filho,

<sup>39</sup> Instituto Nacional de Estatística, 1992

sugerindo que a teoria da transição do valor da criança devia integrar a teoria de transição demográfica<sup>40</sup>. Para a mesma autora, “o comportamento da fecundidade é o resultado de escolhas no interior do agregado familiar, em que os recursos são ponderados pelas preferências”.

## 2.4 Religião

### 2.4.1 O Confucionismo na China e a procriação

O confucionismo é um sistema filosófico chinês criado por Confúcio<sup>41</sup> no século VI a.C., pensamento que exerce influência sobre a vida quotidiana dos cidadãos chineses até os dias de hoje e que inclui ideias filosóficas, abordagens pedagógicas, políticas, religiosas e morais. O confucionismo encoraja a procriação, com base na piedade filial, característica que é muito importante no sistema confucionista.

Relacionada com esta cultura de piedade filial, há uma frase chinesa bem conhecida que diz: 不孝有三，无后为大 *búxiào yǒusān, wúhòu wéidà*, significando que “não ter descendência é pior do que não sustentar os pais e do que não apontar as culpas dos pais”. Para o sábio confucionista 孟子 *Mèngzǐ*<sup>42</sup>, o povo é uma riqueza, uma garantia da estabilidade social, aliás, visa estimular o desenvolvimento do país, pelo que é necessário encorajar a procriação. Os governantes de cada dinastia foram bastante influenciados pelo confucionismo, o que resultou em muitas políticas de incentivo à procriação e, graças a esta estratégia governamental, o pensamento de “mais filhos, mais felicidade” enraizou-se gradualmente nas mentalidades.

A sociedade feudal, legitimada pelos conceitos do confucionismo, era do tipo patriarcal, isto é, o homem estava no topo da hierarquia familiar e social. Só os homens podiam participar no 科举 *kējǔ*, exame que permitia trabalhar no governo,

---

<sup>40</sup> Cf. M.F. Mendes, “Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança”, vol. XXIII, in *Análise Social* (revista), 1997, pp. 311-322.

<sup>41</sup> 孔夫子 *kǒngfūzǐ*.

<sup>42</sup> 孟子 *Mèngzǐ* foi um filósofo chinês, o mais eminente seguidor do confucionismo e verdadeiro sábio.

fazer serviço militar e entrar em combate, honrando assim os antepassados da família.

Pelo contrário, as filhas são muito humildes, há uma frase chinesa que diz: 嫁出去的女儿, 泼出去的水 *jiàchūqù de nǚ ér, pōchūqù de shuǐ*, significando que “as filhas casadas são como água derramada”. Consequentemente, verifica-se uma forte preferência pelo sexo masculino no confucionismo. Normalmente, os pais preferem ter filhos homens, dedicando mais tempo e atenção à sua educação.

Confúcio também propõe melhorar a genética e intelecto dos filhos. Exemplifiquemos. Ele objetou o casamento consanguíneo, de modo a diminuir a taxa de bebés com algum tipo de deficiência, sublinhando a importância da educação dos filhos. A sua frase “todos os indivíduos devem usufruir do acesso à instrução”<sup>43</sup>, revela uma preocupação em promover a formação nas mentalidades, através da aprendizagem da História e da etiqueta. Ainda que reconhecendo o mérito de tentar melhorar o intelecto através da educação, é preciso realçar um aspeto menos positivo do confucionismo, a saber, a desvalorização da mulher.

Sem dúvida, o pensamento confucionista desempenhou um papel relevante na história chinesa, moldando a vontade reprodutiva dos indivíduos quanto ao número de filhos e quanto à preferência do sexo dos mesmos. O incentivo à procriação coincidiu com um contexto agrícola, quando as guerras continuadas diminuían a contradição entre o crescimento rápido da população e os recursos finitos.

O confucionismo ainda afeta a conduta do povo, especialmente nas regiões rurais, onde se mantém uma forte preferência por filhos homens. Porém, com o desenvolvimento social e a gradual mudança de mentalidades, a influência do confucionismo vem diminuindo, com reflexos na atitude dos chineses face à procriação.

---

<sup>43</sup> 有教无类 *yǒujiào wúlèi*.



## 2.4.2 O catolicismo em Portugal e a procriação

Devido às circunstâncias históricas do país, a população portuguesa é maioritariamente católica. Segundo os censos de 2011, os católicos representam cerca de 81% da população, consequentemente, a Igreja Católica exerce considerável influência na sociedade, embora esta venha diminuindo, progressiva e inexoravelmente.

Refira-se que os recenseamentos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística incluem questões sobre religião. Os seus resultados são do conhecimento público e podem ser considerados como uma fonte imparcial para uma análise da demografia religiosa em Portugal. O Quadro 13 apresenta a distribuição da população portuguesa, segundo a religião nos censos de 1900, 1940, 1950, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011.

**Quadro 13** - A distribuição da população portuguesa (com 15 ou mais anos) segundo a religião

Censos	Total	Católicos	Outras Religiões	Sem Religião	Não Sabe/Não Responde
1900	5.423.132	5.416.204	5.012	1.454	462
1940	7.722.152	7.191.913	63.060	347.284	119.895
1950	8.510.240	8.167.457	--	342.783	--
1960	8.889.392	8.701.898	39.747	147.774	--
1981	7.836.504	6.352.705	115.398	253.786	1.114.615
1991	8.376.840	6.524.908	149.850	225.334	1.476.748
2001	8.748.605	7.353.548	265.248	342.987	786.822
2011	8.989.849	7.281.887	347.756	615.332	744.874

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2011*.

Assim como os preceitos do confucionismo estão enraizados no povo chinês, a doutrina católica tem moldado as mentalidades portuguesas e influenciado as atitudes de procriação. No catolicismo, considera-se a procriação como uma conduta divina, havendo várias passagens bíblicas que lhe aludem. Por exemplo:

Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão" (Gênesis 1:26).

Porventura não fez ele um só ser com carne e sopro de vida? E para que pende este ser único senão para uma posteridade concedida por Deus? Tende, pois, cuidado convosco mesmos, e que ninguém seja infiel à esposa da sua juventude. (Malaquias 2,3:15)

Como vimos, Deus deseja que os indivíduos se reproduzam, tornando-se administradores do mundo, por conseguinte, nota-se que o catolicismo dá muita importância à questão de procriação. Nas Escrituras, os filhos são considerados como uma bênção de Deus, pelo contrário, a falta de descendência é considerada uma maldição. A procriação é uma responsabilidade para os indivíduos casados, sendo um dos principais objetivos do casamento.

No entanto, as circunstâncias históricas têm-se alterado. No passado, registou-se falta de força produtiva, más condições higiénicas e uma elevada taxa de mortalidade infantil, pelo que os filhos foram desejados, por motivos diversos dos religiosos.

Hoje, os pais dedicam mais atenção à formação e à educação de filhos. Numa família numerosa, é mais difícil para os pais proporcionarem os melhores cuidados aos filhos, de acordo com os preceitos sagrados. Paralelamente, a falta de descendência não é vista como uma maldição.

Em relação ao aborto, o catolicismo proíbe-o pois, segundo as Escrituras, a vida é decidida por Deus: "Tu criaste o íntimo do meu ser e me teceste no ventre de minha mãe" (Salmo 139:13). Aliás, teoricamente, os católicos não pode prevenir ou cessar a gravidez através de métodos contraceptivos ou aborto. Em contrapartida, quando a

gravidez ameaça a vida da mãe, o catolicismo tolera a interrupção da gravidez, de modo a diminuir os riscos.

A Igreja Católica não revela preferência em relação ao sexo de filhos, mas insiste na monogamia, preconizando a igualdade de género. Na Bíblia, diz-se que Deus colocou o homem num sono profundo e, enquanto ele dormia, tirou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar (Génese 2,3:21). Dessa costela, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem (Génese 2:22). “Eis agora, disse o homem, o osso dos meus ossos e a carne da minha carne; ela chamar-se-á mulher, porque foi tirada do homem” (Génese 2:23). De facto, no início da criação da pessoa humana por Deus, verificou-se a igualdade de todos, sem distinção de classes sociais.

À semelhança do confucionismo, o catolicismo dá muita importância à instrução da população, acentuando especialmente a educação proporcionada pelos pais. Na Bíblia, registam-se várias frases relevantes sobre esta matéria: “Ensine com persistência a seus filhos. Converse sobre eles quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar” (Deuteronómio 6:7). “Ajudarão a dar prudência aos inexperientes e conhecimento e bom senso aos jovens” (Provérbios 1:4). “Instrua a criança segundo os objetivos que você tem para ela, e mesmo com o passar dos anos não se desviará deles” (Provérbios 22:6).

Em jeito de conclusão, podemos dizer que o catolicismo continua a exercer alguma influência na atitude de procriação dos portugueses, especialmente no que diz respeito ao aborto, como referido anteriormente: apesar do mesmo ser legal em Portugal, segundo a doutrina católica, a sua prática constitui um pecado. Porém, a postura face à procriação tem evoluído, nomeadamente em relação ao número de filhos.

## **2.5 O avanço da sociedade e a mudança de mentalidades**

Nos últimos 40 anos, registaram-se grandes avanços em todos os setores, tanto na China como em Portugal. Mercê da política de reforma e abertura estabelecida em 1979, na China, iniciou-se um processo de rápido desenvolvimento e a vida dos chineses melhorou drasticamente. Em Portugal, graças à Revolução em 1974 e à entrada na União Europeia, evidenciaram-se grandes mudanças em toda a sociedade, que se repercutiram na atitude de procriação dos indivíduos.

Os avanços médicos em ambos os países e a melhoria das condições de higiene conduziram à diminuição da taxa da mortalidade infantil. A par disso, a difusão de métodos contraceptivos eficazes generalizou-se. Do ponto de vista tecnológico, a modernização da agricultura diminuiu a procura de mão de obra e, com a melhoria dos níveis de vida, os indivíduos investem mais em educação.

Para além disso, há 40 anos atrás, não existia eletricidade em casa, nas zonas menos desenvolvidas de Portugal e da China, pelo que os casais não possuíam outros divertimentos, o que aumentava a frequência sexual. Este facto, somado à não utilização de métodos contraceptivos, conduzia a uma taxa de fecundidade alta. Analisar-se-á, de seguida, de que forma a utilização generalizada de métodos contraceptivos nos dois países, e o aumento do nível da instrução, alteraram a atitude reprodutiva dos cidadãos.

### **2.5.1 A difusão de métodos contraceptivos eficazes**

Os modernos métodos contraceptivos, muito mais eficazes e seguros, têm um papel decisivo no controlo do número de filhos, exercendo profunda influência na atitude de procriação. Graças a eles, as mulheres conseguem controlar o calendário da gravidez e gozar de mais liberdade. Na China, a partir da década de 70, à medida que as políticas

do planeamento familiar<sup>44</sup> eram implementadas, assistiu-se a uma transformação notável tanto na taxa de utilização da contraceção, como na escolha dos meios contraceptivos. Em 1982, a percentagem de mulheres em idade fértil que recorriam à contraceção era de 70,9% e esta proporção passou para 85,3%, em 1998.

**Quadro 14** - Distribuição percentual de mulheres chinesas por método contraceptivo (1982-1998)

Método	Anos			
	1982	1988	1992	1998
Esterilização da mulher	25,4%	38,2%	41,6%	42,3%
Esterilização do homem	10,0%	11,0%	11,8%	12,0%
Pílula	8,4%	4,9%	3,8%	1,7%
Dispositivo intrauterino	50,2%	41,5%	40,1%	41,1%
Preservativo masculino	2,0%	2,7%	1,8%	1,7%
Outros	4,0%	1,7%	0,9%	1,1%

Fonte: [www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326\\_141611.html](http://www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326_141611.html), consultado a 10 de abril de 2013.

Observando os dados do Quadro 14, constata-se que, entre 1982 e 1988, a percentagem do método de esterilização das mulheres aumentou 12,8%, enquanto a percentagem de utilização do Dispositivo intrauterino (DIU) diminuiu 8,7%. Todavia, comparando os dados de 1988 e 1998, observa-se apenas uma ligeira mudança na escolha dos métodos contraceptivos. Ou seja, as proporções dos métodos contraceptivos utilizados permaneceram razoavelmente estáveis na China.

Entre todos os métodos contraceptivos, os mais utilizados são a esterilização e o DIU. Analisando as escolhas de diferentes faixas etárias, verifica-se que pessoas com idades diferentes privilegiam métodos contraceptivos distintos. Nos jovens entre 15 e 19 anos, destaca-se a utilização da pílula. Os indivíduos entre 20 e 24 anos utilizam maioritariamente o preservativo masculino. Relativamente às mulheres com 25-29

<sup>44</sup> 计划生育政策 jìhuà shēngyù zhèngcè.

anos, a utilização do DIU ocupa o lugar dominante. Já a maioria das mulheres com 35-39 anos e dos homens com 40-44 anos escolhe o método de esterilização. Nas regiões rurais, o recurso à esterilização é mais alto do que nas cidades mas, quanto a outros métodos contraceptivos, regista-se uma utilização mais alta nas regiões urbanas<sup>45</sup>.

A percentagem de chineses que usam alguma forma de contraceção é influenciada por vários fatores, e caracteriza-se da seguinte forma: a taxa de contraceção dos cidadãos é mais alta do que a dos camponeses; a percentagem de mulheres trabalhadoras que usam métodos de contraceção é mais elevada do que a das domésticas; e mais comum nas mulheres com idade entre os 25 e os 39 anos.

Por fim, o número de filhos influencia a taxa de utilização da contraceção pois, desde a década de 70, o governo começou a limitar o número de filhos por casal. Segundo um inquérito sobre a saúde reprodutiva feito em 1997, a percentagem de utilização de contraceptivos dos casais sem filhos, com um filho e dois filhos são de 20,3%, 89,7%, e 92,0%, respetivamente<sup>46</sup>.

A elevada percentagem de uso de contraceção a nível nacional parece não depender do nível de escolarização. Contudo, indivíduos com níveis de escolaridade distintos escolhem métodos contraceptivos diversos. Por exemplo, os chineses com um nível de instrução alto utilizam mais frequentemente o método de DIU e o preservativo masculino, quando comparados com os seus concidadãos com graus de educação inferiores.

### ***A difusão de métodos contraceptivos em Portugal***

Informações recolhidas em diferentes inquéritos realizados nas últimas décadas - *Inquérito Português à Fecundidade* (1980); inquérito realizado pelo Ministério da

---

<sup>45</sup> [www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326\\_141611.html](http://www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326_141611.html), consultado a 10 de abril de 2013.

<sup>46</sup> [www.39.net/HotSpecial/people/rkll/25675.html](http://www.39.net/HotSpecial/people/rkll/25675.html), consultado a 10 de abril de 2013.

Saúde (1987); *Inquérito à Fecundidade e à Família* (1997) – apontam o recurso cada vez mais generalizado da população aos meios de contraceção. No Inquérito Nacional de Saúde realizado em 1987, 87% dos inquiridos revelam conhecimento sobre métodos contraceptivos eficazes, nomeadamente a pílula.

A sondagem revelou porém que cerca de metade dos inquiridos, especialmente os mais velhos ou com baixo nível de educação, recorriam ao coito interrompido ao invés de métodos eficazes. Apenas 38% das pessoas (as mais instruídas ou mais novas) declararam tomar a pílula, e só 6% dos inquiridos afirmaram utilizar o preservativo<sup>47</sup>. Os resultados dos inquéritos demonstram que a difusão de métodos contraceptivos ainda era insuficiente, naquela época. Porém, registaram-se progressos notáveis em 1997, de acordo com o *Inquérito à Fecundidade e Família*, com 85% dos inquiridos a recorrerem a métodos contraceptivos modernos e eficazes. Os utilizadores da pílula, do preservativo masculino e do DIU eram já 61%, 14% e 10%, respetivamente. No entanto, a escolha do método contraceptivo variava consoante as gerações, ou seja, a idade era um fator determinante.

**Quadro 15** - Distribuição percentual de mulheres por método contraceptivo e grupo etário

Método	Grupo etário			
	15-24	25-34	35-44	45-49
Esterilização da mulher	0,4	0,8	2,0	2,0
Esterilização do homem	0,0	0,6	1,2	0,8
Pílula	65,4	71,1	50,7	43,8
Dispositivo intrauterino	0,7	7,5	16,3	11,9
Preservativo masculino	28,6	13,1	12,3	12,2
Coito interrompido	3,5	4,0	8,8	16,0
Diafragma, espuma	0,5	0,7	4,7	5,7
Outros	0,9	2,2	4,0	7,6

<sup>47</sup> Ana Nunes de Almeida, *Fecundidade e Contraceção*, Editora ICS - Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2004, p.53.

Analisando comparativamente os dados do Quadro 15, constata-se que na faixa etária dos 35 aos 49 anos, é ainda elevada a utilização de métodos tradicionais pouco eficazes, nomeadamente o coito interrompido; por outro lado, a utilização do DIU é significativa. Aliás, entre as jovens (15-24 anos), destaca-se a utilização do preservativo masculino e da pílula, representando 28% e 65% da amostra, respetivamente. Já as mulheres com 25 a 34 anos escolhem maioritariamente a pílula (71%). Embora a idade permaneça um fator determinante quando à escolha dos métodos contraceptivos, identificam-se outras variáveis tais como a condição familiar, o nível da instrução, etc.

Atente-se ainda nos resultados dos inquéritos sobre métodos contraceptivos segundo o nível de instrução e profissão<sup>48</sup>. As mulheres casadas, com filhos, com baixos níveis de escolarização e as trabalhadoras não qualificadas recorrem mais frequentemente aos métodos naturais, tais como a abstinência periódica e o coito interrompido. O recurso ao preservativo masculino destaca-se entre os jovens com algum grau de escolarização, técnicos superiores e estudantes. Quanto à pílula ou o DIU, associam-se às mulheres com atividade profissional e às mães de um ou dois filhos.

### **2.5.2 O prolongamento do período de instrução**

Nas últimas décadas os indivíduos dedicam cada vez mais tempo à carreira e à autorrealização profissional. Aliás, o número de alunos no ensino superior cresceu exponencialmente em Portugal desde 1978, como revela o Gráfico n.º 4, abaixo. E, desde 1986 que o número de raparigas no ensino superior supera o dos rapazes. Importa referir aqui que na China também se assistiu ao crescimento do número de alunos no ensino superior desde a década de 70, passando de 0,27 milhões (1977) para

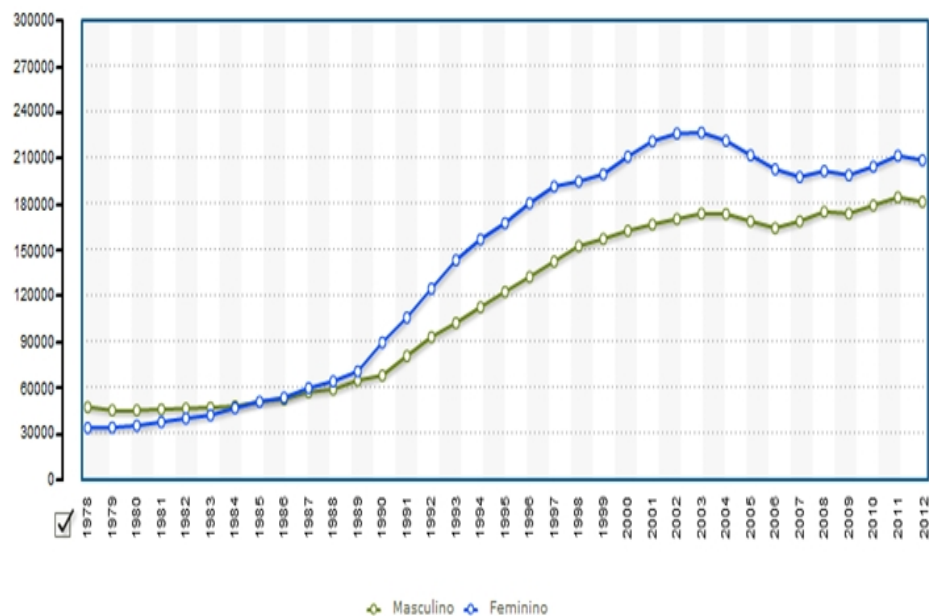
---

<sup>48</sup> INE, *Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997.



6,29 milhões (2009)<sup>49</sup>.

**Gráfico 4** - Alunos matriculados no ensino superior em Portugal por género



Fonte: Pordata.

Um maior nível de instrução das jovens mulheres pressupõe, como é lógico, o adiamento da maternidade, quer na China, quer em Portugal, pois mulheres mais instruídas são menos influenciadas pela tradição, além disso, de modo a obterem o diploma, escolhem o casamento ou a maternidade tardios, facto corroborado pelos dados constantes no Quadro 16. Entretanto, sendo estas mulheres mais competitivas, normalmente dedicam mais tempo à carreira profissional.

**Quadro 16** - Nível de instrução e idade de maternidade na China

	Nas regiões urbanas		Nas regiões rurais	
	Idade	Amostra	Idade	Amostra
1º e 2º de Ensino básico	23,53	156	23,80	259
3º de ensino básico	23,62	240	23,85	332
Ensino secundário	24,50	307	23,86	128
Licenciatura e mestrado	25,90	236	24,13	29

<sup>49</sup> <http://wenku.baidu.com/view/4a05216327d3240c8447ef72.html>, consultado a 30 de maio de 2013.

Fonte: Fan Ming, *Estudo do Planeamento Familiar*, Beijing, p. 225.

## **Capítulo III**

Consequências das atitudes face  
à procriação nos últimos 40 anos na  
China e em Portugal

### 3.1 Introdução

Como vimos no capítulo I, as atitudes face à procriação nos contextos chinês e português sofreram transformações violentas nos últimos 40 anos. Sem dúvida, estas mudanças não só se refletiram na taxa de fecundidade e no equilíbrio entre os dois géneros, mas também desencadearam uma série de problemas sociais, tais como a mudança da estrutura familiar, o problema do envelhecimento e a falta de mão de obra. Os efeitos desta mudança de mentalidades e comportamento reprodutivo merecem particular atenção neste capítulo.

### 3.2 As mudanças da estrutura familiar

A sociedade tradicional chinesa caracterizou-se por uma economia agrícola feudal. A dimensão média das famílias era de cinco a oito elementos. As famílias nucleares<sup>50</sup> e as famílias extensas<sup>51</sup> ocuparam os lugares dominantes.

A implementação da política do planeamento familiar conduziu, no entanto, a uma revolução na estrutura familiar, com tendência para a diminuição do número de elementos do agregado. Segundo o *III Recenseamento* do ano de 1982, o número médio de pessoas por família era de 4,43, números que baixam para 3,96 e 3,44 em 1990 e em 2000, respetivamente.

Em 2011, o *VI Recenseamento* aponta que o número diminuíra para 3,10<sup>52</sup>. Assim, podemos afirmar que a estrutura familiar dominante ou mais frequente na China de hoje é a família nuclear.

---

<sup>50</sup> A família pode assumir uma estrutura nuclear ou conjugal, que consiste em duas pessoas adultas (tradicionalmente uma mulher e um homem) e seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. A estrutura nuclear tem uma grande capacidade de adaptação, reformulando a sua constituição, quando necessário.

<sup>51</sup> A família extensa ou ampliada (também dita consanguínea) é uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos.

<sup>52</sup> <http://baike.baidu.com/view/2426392.htm?fromId=4507294>, consultado a 6 de junho de 2013.

Em 1982, realizou-se um outro inquérito sobre os modelos familiares, que incluiu cidades como Beijing, Tianjing, Shanghai, Nanjing e Chengdu, com uma amostra de 4.385 famílias. Neste estudo, as famílias foram categorizadas segundo os seguintes modelos: família monoparental<sup>53</sup>, família reconstruída<sup>54</sup>, família nuclear e família extensa. De acordo com os resultados, as percentagens das famílias nucleares e das famílias extensas são de 66,41% e 24,28%, respetivamente, representando os outros modelos menos de 10%.

Em 1993, pouco mais de uma década depois, fez-se o mesmo tipo de inquérito naquelas sete cidades chinesas, a fim de analisar a evolução da estrutura familiar - a percentagem das famílias nucleares diminuiu para 54,34%<sup>55</sup>. E os dados recolhidos em 2002 revelaram que a tendência decrescente se mantinha: em Beijing, a capital, a percentagem de famílias nucleares era somente 35,98%, enquanto a percentagem de famílias com uma pessoa única (35,91%) cresceu de forma considerável<sup>56</sup>.

Entretanto, à medida que a política do filho único entrou em vigor, apareceram novos modelos da família, tais como a família de *DINK* e a família do ninho vazio, diretamente relacionadas com a mudança da atitude reprodutiva da população. Como já se apresentou o fenómeno de *DINK* no primeiro capítulo, analise-se agora a família do ninho vazio.

A noção da família de ninho vazio foi proposta por Evelyn Millis Duvall, uma autora americana, na sua teoria sobre o ciclo da vida. A expressão do ninho vazio significa que os filhos saem do seio familiar - como pássaros que voam dos seus ninhos -,

---

<sup>53</sup> É a família constituída por uma única pessoa, independentemente do sexo, que se encontra sem companheiro, porém vive com um ou mais filhos. Pode ocorrer na sequência de uma família biparental, ou seja, quando ocorre com uma viuvez, separação, divórcio e adoção. Também se pode incluir pessoas solteiras por opção ou que a princípio viviam em união estável.

<sup>54</sup> Após um divórcio, surge a possibilidade de uma nova família. Além dos elementos do casal, inclui também os filhos provenientes de relações anteriores, vivendo todos sobre o mesmo teto. Seja proveniente de um novo casamento ou uma união estável, os filhos possuem origens distintas quanto à paternidade biológica. Este modelo tende a aumentar no mundo contemporâneo.

<sup>55</sup> Cf. Shen Chonglin, *O Estudo da Família Chinesa*, Social Sciences Academic Press (China), Beijing, 1995, p. 34.

<sup>56</sup> Cf. Li Keyu e Zhang Jing, *Sociologia da Família e da Matrimónio*, Press Xinhua, Beijing, 2010, p. 158.

deixando os pais sozinhos como que num ninho vazio. Na China, isto acontece sobretudo quando existe um filho único, e este tipo da família pode ser subdividido em duas categorias: a família de ninho vazio relativa e a família de ninho vazio absoluta. O primeiro caso significa que o filho estuda ou trabalha em outra cidade e não consegue permanecer sob o mesmo teto dos pais. A família de ninho vazio absoluta refere-se aos pais de meia-idade que perderam o único filho por causa de uma doença ou acidente, pelo que este ninho vazio é eterno.

O aumento de famílias do ninho vazio é uma consequência inevitável do desenvolvimento social, resultante da diminuição da taxa de fecundidade e da transformação de mentalidades. Antes da década de 80, não existiam muitas famílias do ninho vazio, devido ao impacto dos valores familiares tradicionais, mas também porque o nível de rendimento e a condição habitacional eram limitados, por isso, era comum que os filhos vivessem com os seus pais. Some-se o facto de, naquela época, os casais terem cinco ou seis filhos e muitos pais faleceram antes da maioridade do filho mais novo.

A partir dos anos 80, com a transformação gradual de mentalidades e do comportamento reprodutivo, é de sublinhar que o espaço privado se tornou muito importante. O modelo da família extensa tradicional não satisfazia os indivíduos, que desejavam uma família de menor dimensão. Tudo isso suscitou o desenvolvimento da família do ninho vazio.

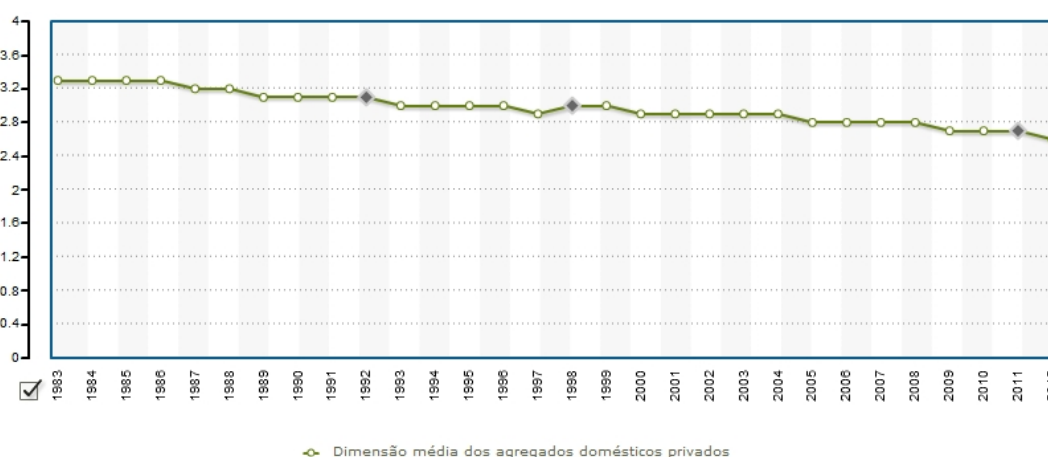
Nos últimos anos, cada vez mais filhos das áreas metropolitanas preferem mudar para uma casa nova quando se casam, enquanto nas regiões rurais preferem construir uma casa nessas circunstâncias. Muitos pais entraram na terceira idade desde que surgiu a política do filho único, há 30 anos. Por conseguinte, podemos prever que, no futuro, a proporção das famílias do ninho vazio seja muito considerável.

Existem numerosos problemas relacionados com as famílias de ninho vazio,

especialmente nas do tipo absoluto. Neste caso, evidenciam-se mais dificuldades psicológicas e na vida quotidiana, pois os pais sofrem não só a angústia da perda do filho, mas perdem também qualquer garantia de apoio futuro. O governo e toda a sociedade devem dar mais atenção e proporcionar mais ajudas a estes núcleos familiares, que tendem a multiplicar-se.

Nos últimos 40 anos, em Portugal, a dimensão das famílias mudou igualmente. As novas estruturas familiares estão relacionadas com a transformação das atitudes face à procriação e organizaram-se de formas diversas. O Gráfico n.º 5 demonstra que, à semelhança do que acontece na China, se assistiu à redução do tamanho médio das famílias, de extensa para nuclear e de 3,3 pessoas (1983), para 2,6 pessoas em 2012.

**Gráfico 5 - Dimensão média dos agregados domésticos privados**



Fonte: INE, PORDATA.

Vários avanços da sociedade, nomeadamente, em resultado da Revolução de 1974, refletiram-se nas mentalidades dos portugueses levaram a estas alterações na estrutura e dimensão da família. Entre essas mudanças, verificou-se a livre escolha do cônjuge; a redução da nupcialidade a par com o aumento do divórcio (em detrimento de novas formas de convivência, como a coabitação, famílias monoparentais e famílias recompostas); a liberalização ideológica da sexualidade e uma maior liberdade sexual; o aumento dos casais adultos sem filhos; o aumento da esperança média de vida ... No que respeita às mulheres, verificou-se o adiamento da maternidade; a diminuição

da natalidade; uma maior consciência dos seus direitos e dos direitos das crianças.

Segundo os dados disponíveis na base de dados Pordata, os agregados familiares em Portugal agrupavam-se, em 1992, por famílias unipessoais (12,5%), famílias sem filhos (20,1%), famílias com filhos (45,6%), famílias monoparentais (6,3%), entre outras (15,5%). Em 2012, as proporções tornaram-se 19,1%, 22,3%, 37,9%, 10,3% e 10,4%, respetivamente. Embora a situação de «casal com filhos» continue a ser a mais frequente, registou-se um aumento considerável no número de famílias unipessoais e de famílias monoparentais.

Em relação às famílias monoparentais, aquelas que fogem à estrutura clássica, são fruto de divórcios, viuvez, adoção, inseminação artificial, e têm definições variadas. O livro *Retrato de Família* propõe uma de muitas definições possíveis: “Quando se fala de família monoparental, fala-se de maternidade e paternidade simples, isto é, faz-se referência à relação com os filhos por parte das mães ou pais solteiros, viúvos ou divorciados”<sup>57</sup>. Bertina Gomes considera que a família monoparental é “uma estrutura familiar onde uma ou mais crianças vivem apenas com um dos progenitores ou alguém que, na qualidade de tutor, assume esse papel”<sup>58</sup>.

O progresso tecnológico e ideológico contribuiu para o surgimento das famílias monoparentais, nomeadamente uma maior liberdade sexual, também devido à igualdade entre géneros e a entrada das mulheres no mundo do trabalho, e uma maior independência financeira, que permite às mulheres criarem filhos sozinhas.

Também o divórcio e a viuvez induzem à formação das famílias monoparentais. Em 2011, 26.751 casamentos foram dissolvidos por divórcio, número que contrasta de forma gritante com o de 1973, data em que registaram somente 604 divórcios. A par disso, a viuvez ataca bastante mais as mulheres, devido à sobremortalidade

---

<sup>57</sup> [http://4pilares.zi-yu.com/?page\\_id=327](http://4pilares.zi-yu.com/?page_id=327)

<sup>58</sup> Cf. Bertina Gomes, «Para a história do planeamento familiar em Portugal», in *Planeamento Familiar*, nº 37, 1987



masculina<sup>59</sup>.

Apesar de serem mais frequentes, a vida das famílias monoparentais não é fácil, com um dos progenitores a assumir responsabilidades acrescidas, a fazer o papel de mãe e pai ao mesmo tempo, vivendo quase que uma situação de hermafroditismo. Para além disso, este tipo de agregado não acarreta, muitas vezes, concordância cultural devido ao estereótipo de que uma criança deve ter, no seu plano educativo, a presença de um pai e de uma mãe com funções específicas. O acompanhamento escolar e o bem-estar físico ainda estão associados às funções maternas, e para o pai está reservada a estabilidade económica da casa, a imposição de normas, a definição da autoridade e da hierarquia familiar. Consequentemente, a família monoparental não é vista como a estrutura ideal para o crescimento de uma criança.

Quanto às famílias unipessoais, estamos a falar de pessoas que vivem sozinhas porque são solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas. A quantidade de agregados unipessoais tem vindo a aumentar sistematicamente, após a diminuição verificada na década de 60.

Isto explica-se sobretudo por duas razões. A primeira é o crescimento duma parcela muito significativa de famílias constituídas por uma pessoa idosa (com 65 ou mais anos). Esta situação representa mais de metade da totalidade dos agregados constituídos por um único indivíduo e praticamente duplicou em duas décadas: passou de menos de 200 mil agregados, em 1981, para cerca de 320 mil, em 2001. Em 2009, este tipo de situação já equivalia a 390 mil agregados familiares<sup>60</sup>.

A segunda razão prende-se com uma tendência para o adiamento da idade média do primeiro casamento, para ambos os sexos. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (Gráfico n.º 6) podem confirmar este facto, para o que tem contribuído a

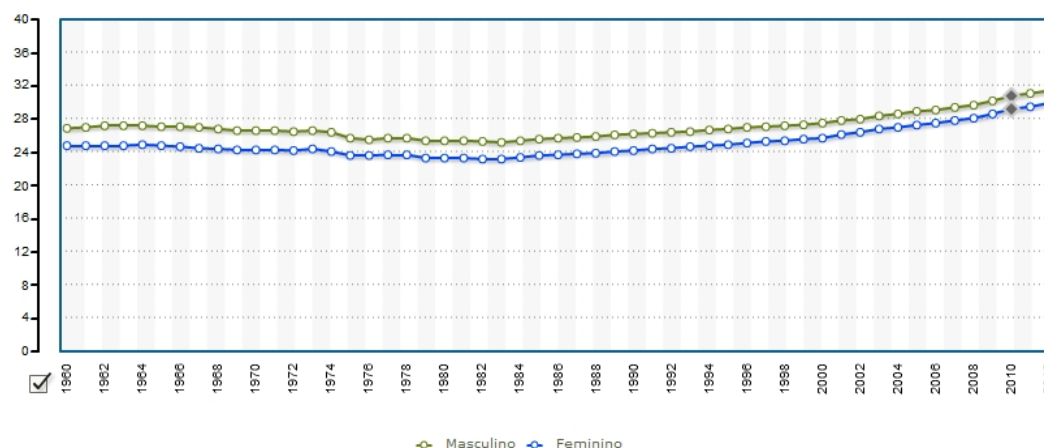
---

<sup>59</sup> [www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323](http://www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323), consultado a 15 de junho de 2013.

<sup>60</sup> Cf. Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas, *Portugal: os Números*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2010, p. 90.

pressão do estudo ou do trabalho. O adiamento da nupcialidade não só leva ao crescimento do número de famílias unipessoais, como influencia a natalidade. Como vimos no capítulo I, a maternidade tardia em Portugal vem-se afirmando desde a década de 70.

**Gráfico 6 - Idade média ao primeiro casamento por género**



Fonte: INE, PORDATA.

Em resumo, novas configurações familiares emergiram nos dois países, da combinação de vários fatores, entre os quais se destaca o aumento do número dos divórcios, o envelhecimento da população, a diminuição dos níveis de fecundidade ou a diminuição dos níveis de nupcialidade. Ao modelo habitual de «pai-mãe-filhos» acrescentam-se, assim, distintos tipos de agregados, que vão adquirindo expressão estatística, designadamente o aumento de pessoas que vivem sós, das famílias monoparentais e das famílias recompostas, a par da diminuição do número de famílias numerosas.

### 3.3 O problema do envelhecimento

O envelhecimento demográfico das populações é um fenómeno irreversível nas nossas sociedades modernas. Tanto a China como Portugal têm que fazer face a este desafio. Embora a China seja um país em desenvolvimento, devido à política do filho único, registou-se uma quebra violenta da taxa de fecundidade, o que acelerou o

fenómeno do envelhecimento, em especial nos últimos dez anos. Entre os impactos negativos provocados por este fenómeno sobressaem a insustentabilidade financeira dos sistemas de reformas e a falta de mão de obra.

Segundo a definição internacional, quando a proporção dos idosos com mais de 60 ou 65 anos ultrapassam os 10% e 7%, respetivamente, pode afirmar-se que este país entrou no período de envelhecimento. O *V Recenseamento* (2000) mostra que o número de idosos com mais de 60 é de 130 milhões, representando 10,2% da população total da China <sup>61</sup>. Assim, a China passou a ser uma sociedade envelhecida no início do século XX.

Dados mais recentes, de 2011, revelam que o número de idosos com mais de 60 anos já atingiu os 184 milhões, enquanto os idosos com mais de 65 anos são 122 milhões, ou seja, são já 13,7% e 9,1% da população chinesa total, respetivamente. Quanto ao problema do envelhecimento, em comparação com outros países, desenvolvidos, a China possui as seguintes características:

Em primeiro lugar, a velocidade do envelhecimento da China é mais rápida do que a dos países europeus. Na China, a proporção dos idosos com mais de 65 anos passou de 4,91% para 6,96%, no espaço de 18 anos. Paralelamente, na Suécia, foram necessários 40 anos para aumentar o mesmo rácio de 5,2% para 8,4%. Aliás, as previsões do departamento de recenseamento dos EUA apontam que a França, a Suécia, os EUA e a China precisem de 115 anos, 85 anos, 68 anos e 27 anos, respetivamente, para elevar a proporção dos idosos (com mais de 65 anos) de 7% para 14%<sup>62</sup>.

Segunda característica: a quantidade absoluta de idosos é grande. Em 2000, a China possuía 88,11 milhões de pessoas com mais de 65 anos, ocupando o primeiro lugar em todo o mundo. Este número é maior do que a soma dos idosos europeus, sendo o

---

<sup>61</sup> <http://wenku.baidu.com/view/091d8ff2f90f76c661371acc.html>, consultado a 19 de junho de 2013.

<sup>62</sup> <http://wenku.baidu.com/view/90eef62cbd64783e09122b57.html>, consultado a 19 de junho de 2013.

dobro dos idosos indianos. Prevê-se que, em 2020, o número de chineses com mais de 65 anos chegue a 265 milhões, representando 16% da população total.

Terceiro ponto: os níveis de envelhecimento divergem bastante geograficamente. A China possui um território imenso e uma taxa de migração interna relativamente baixa, pelo que a distribuição da população é muito desequilibrada. Consequentemente, em termos de envelhecimento, existem grandes diferenças regionais. Por exemplo, o nível do envelhecimento de Shanghai foi o mais alto (16,38%) de todo o país em 2012, sendo três vezes superior ao de Xinjiang (5,43%). E os níveis das províncias de Zhejiang e Jiangsu são duas vezes mais do que os das províncias de Qinghai e Ningxia<sup>63</sup>.

A quarta característica relaciona-se com o número dos idosos das regiões rurais, que é superior ao das zonas urbanas. O processo de urbanização, registado desde a fundação da República da China, não acompanhou o ritmo da industrialização, por isso, grande parte da população permaneceu no campo. Em 2011, a percentagem de camponeses era de 50,32%<sup>64</sup>. Noutros países desenvolvidos - os EUA, o Japão, a Inglaterra e a França - esta percentagem é muito baixa, fixando-se entre 15 e 25%. Existem também mais idosos a viverem nas zonas rurais: em 2009, cerca de 60% dos cidadãos com mais de 60 anos (144 milhões) concentravam-se nestas regiões<sup>65</sup>.

Quinta e última característica assinalável: o nível de desenvolvimento económico é baixo. A China é ainda economicamente muito pobre, em comparação com outros países que possuem igualmente uma sociedade envelhecida, para além disso, existe um grande fosso entre ricos e pobres.

No ano 2000, o PIB *per capita* chinês era de 949 dólares (719 euros), enquanto o rendimento da maioria dos países desenvolvidos rondava os 2.500 dólares (1.895

---

<sup>63</sup> <http://wiki.cnki.com.cn/HotWord/5218248.htm>, consultado a 20 de junho de 2013.

<sup>64</sup> <http://zhidao.baidu.com/question/393456360.html>, consultado a 20 de junho de 2013.

<sup>65</sup> <http://zhidao.baidu.com/question/89786211.html>, consultado a 20 de junho de 2013.

euros) por pessoa<sup>66</sup>. Com efeito, a China tem que fazer face ao facto de 未富先老 *wèifù xiānlǎo*, ou seja, antes de se tornar num país desenvolvido, já está envelhecido. No aspeto económico, não se pode ignorar o problema trazido pelo envelhecimento ao sistema de pensões. Embora o custo das reformas seja relativamente baixo, a velocidade acelerada do processo de envelhecimento ainda desafia o sistema imaturo de pensões. O fenómeno do envelhecimento conduz à falta de fundos no sistema de pensões, pois numa sociedade envelhecida, o número de contribuintes em idade ativa não é suficiente. Paralelamente, os aposentados são cada vez mais pelo que, nas próximas décadas, a China pode sofrer escassez de mão de obra. Chegado esse momento, o governo não terá capacidade financeira suficiente para sustentar os idosos.

Como vimos, o fenómeno do envelhecimento na China possui características próprias, sendo muito diferente dos países desenvolvidos, o que suscita uma série de problemas sociais, entre os quais se destaca o apoio na velhice. Este apoio inclui três vertentes: apoio financeiro, cuidados no quotidiano e segurança psicológica/emocional. Na vertente económica, a maioria dos aposentados urbanos recebe pensões ou a segurança social, enquanto os camponeses dependem mais do apoio financeiro proporcionado pelos filhos. O nível de rendimento dos indivíduos das regiões rurais é relativamente baixo pelo que sustentar os pais significa uma árdua tarefa.

Na vida quotidiana, os idosos que vivem sozinhos são mais suscetíveis de sofrerem algum tipo de acidente. Os idosos que já não são autónomos ou que sofrem de doenças graves precisam de cuidados especiais. Todavia, há cada vez mais idosos com um único filho, consequentemente, muitos casais jovens têm que cuidar de quatro idosos para além dos seus filhos, o que provoca, sem dúvida, uma pressão tremenda.

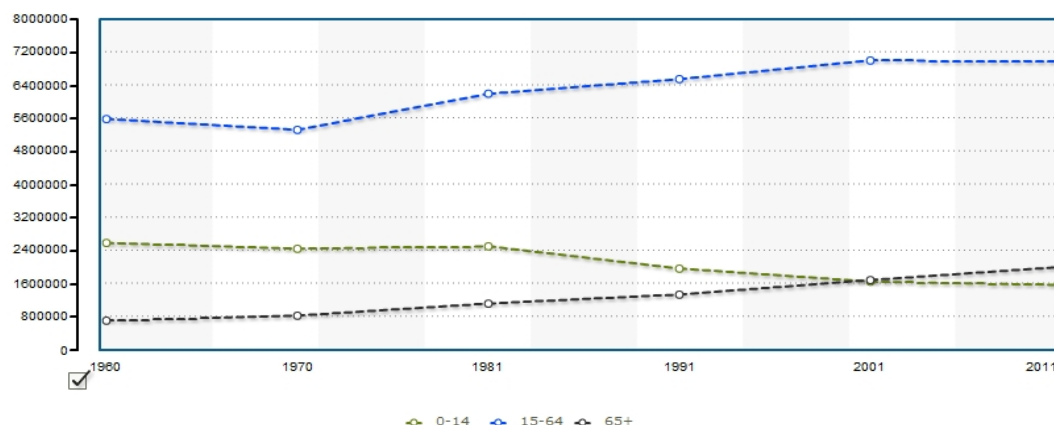
Emocionalmente, os idosos das famílias do ninho vazio, sobretudo se possuem um baixo nível de instrução, sem interesses próprios, facilmente sentem solidão e se tornam pessimistas, o que pode levar ao suicídio. De modo a consolar os idosos, o

---

<sup>66</sup> <http://blog.163.com/sunbaonian@126/blog/static/29637698201001210544365>, consultado a 21 de junho de 2013.

ideal é que os filhos acompanhem e comuniquem com eles frequentemente. No caso dos idosos sem filhos ou os que perderam o único filho, o governo deve assumir essa responsabilidade, construindo mais lares de repouso, aperfeiçoando o sistema da segurança social, etc.

**Gráfico 7 - População portuguesa residente por grandes grupos etários**



Fonte: INE, PORDATA.

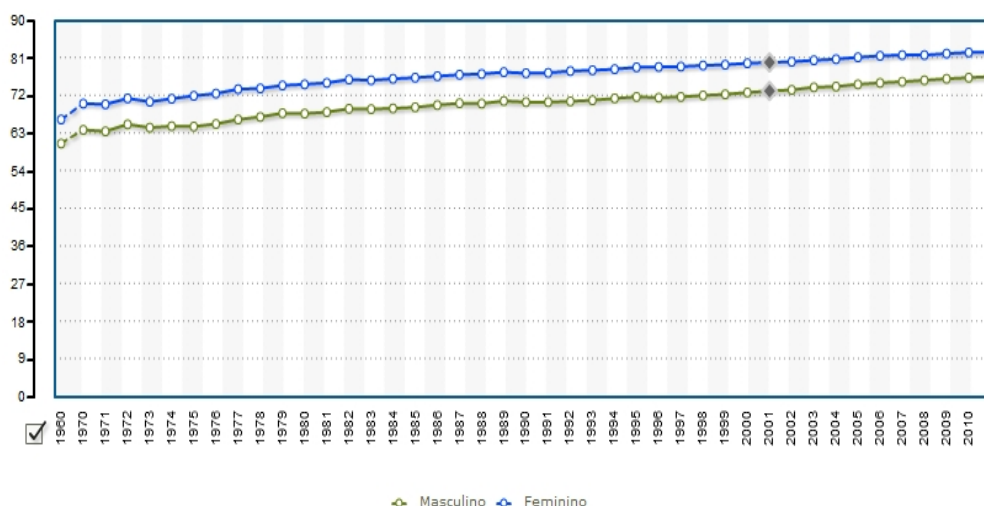
O envelhecimento demográfico é uma realidade que atinge todo o mundo, embora apresente proporções mais fortes na Europa. Em Portugal, este processo apresenta um ritmo bem acelerado. Os dados do Gráfico n.º 7 manifestam que se registou um aumento continuado do número dos idosos com mais de 65 anos, após a década de 70. De facto, em 1973, este número era 840.815 pessoas, ou seja, 10,46% da população portuguesa total. Porém, no ano de 2011, este número atingiu 2.010.064<sup>67</sup>, ou seja, passou a representar 19,03 % da população total. Paralelamente, a parcela das pessoas entre 15 e 64 anos diminuiu muito desde a década de 80, o que acelerou o processo do envelhecimento.

O envelhecimento da sociedade acontece por duas razões fundamentais: um declínio considerável da taxa de fecundidade e um aumento significativo da esperança média de vida. Como vimos no capítulo I, desde a década de 70 que se regista uma diminuição da taxa de fecundidade, entretanto, constata-se que a esperança média de

<sup>67</sup> [www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512](http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512), consultado a 23 de junho de 2013.

vida aumentou muito, passando de 64,5 (masculino) e 74,7 anos (feminino) para 76,7 e 82,6 anos, respetivamente, em 2011.

**Gráfico 8 - Esperança de vida à nascença por género**



Fonte: PORDATA.

Com efeito, à semelhança da China, Portugal está a sofrer uma série de problemas desencadeados pelo envelhecimento. Em primeiro lugar, o processo acelerado de envelhecimento enfraquece a produtividade, pois antigamente a idade ativa situava-se entre os 15 e os 64 anos. Hoje os jovens envolvem-se em processos escolares mais longos e entram mais tarde no mercado do trabalho. Por outro lado, a idade da reforma em Portugal está estabelecida para os 65 anos, porém, a idade média da reforma é hoje de 62,5 anos.

A taxa de atividade de pessoas no grupo etário de 55-64 anos é de apenas 55%, enquanto no escalão anterior (45-54 anos) é de 85%. Mesmo dentro da idade ativa há uma clara discriminação em função da idade, ou seja, os empregadores preferem contratar pessoas mais jovens. A partir de uma certa idade, as pessoas deixam de ser consideradas para início ou reinício de atividades laborais.

No aspeto económico, com o crescente número de idosos, acompanhado pelo

crescimento do desemprego e pela diminuição da taxa de natalidade, é de sublinhar que a sustentabilidade do sistema de segurança social se encontra gravemente ameaçada. Em resultado deste envelhecimento populacional, Portugal tem assistido ao aumento do número de pensionistas, passando de 187.297 indivíduos, em 1970, para 2.943.645 indivíduos, em 2011<sup>68</sup>, o que acarreta grandes problemas nas contas da segurança social.

Aliás, devido à crise económica que assola toda a Europa, o governo tem que tomar decisões impopulares, tais como o congelamento de pensões, a diminuição de subsídios, a suspensão do regime de reformas antecipadas e o aumento da idade da reforma. Por exemplo, o governo anunciou recentemente que os subsídios de férias e de Natal (que os portugueses deixaram de receber) só serão repostos gradualmente a partir de 2015, que as baixas por doença, o rendimento social de inserção e o subsídio por morte vão ser reduzidos e que, até ao final do programa de ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) a Portugal, as reformas antes dos 65 anos estão congeladas, com exceção dos desempregados de longa duração<sup>69</sup>.

**Quadro 17** - População com 65 ou mais anos a viver só

Desagregação geográfica	População com 65 ou mais anos de idade			Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas		Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
	(1)	(2)	= (2)/(1)	(3)	(4)	(5)
Portugal	2 022 504	1 205 541	59,6%	797 851	400 964	396 887
Continente	1 949 557	1 171 634	60,1%	774 492	387 715	386 777

Fonte: INE, Censos 2011

Segundo os censos de 2011 (Quadro 17), das 1.949.557 pessoas com mais de 65 anos que vivem sozinhas em Portugal continental: 433.901 têm entre 75 e 79 anos; 301.251

<sup>68</sup> PORDATA.

<sup>69</sup> <http://ecportuguesaeeuropeia.blogspot.pt/2012/05/o-problema-do-envelhecimento-na.html>, consultado a 25 de junho de 2013.



têm entre 80 e 84 anos e 243.137 têm mais de 85 anos.

A *Associação de Apoio Domiciliário e Casa de Repouso de Idosos* (ALI) estima que mais de 20 mil idosos vivam em cerca de 3 mil lares ilegais, em Portugal, onde não usufruem de cuidados profissionais<sup>70</sup>. Este fenómeno revela as tristes circunstâncias que muitos portugueses vivem na sua velhice, uma vez que a sociedade ainda não conseguiu dar resposta ao grau de envelhecimento da população.

No futuro, a população portuguesa deverá continuar a envelhecer e poderá fazê-lo de modo particularmente intenso (Quadro 18). Em 2060, a população do país poderá continuar próxima dos 10 milhões de pessoas, mas será bem mais envelhecida do que hoje: o número de pessoas com 65 e mais anos poderá ser quase o triplo do número de jovens; um em cada três residentes em Portugal (32%) poderá ter 65 ou mais anos (atualmente o valor é de 19%, portanto menos de um em cada cinco); a população com 80 e mais anos de idade poderá equivaler a 1,4 milhões de pessoas e representar cerca de 13% da população residente. Por fim, mas não de somenos importância, o número de pessoas em idade ativa por cada idoso, atualmente um pouco superior a três, poderá ser inferior a dois<sup>71</sup>.

**Quadro 18** - Peso dos grupos etários no total da população (em %)

Grupo populacional/Ano	2020	2030	2040	2050
POP 0 – 14 anos	13,8%	12,5%	12,2%	12,1%
POP 15-64	65,6%	63,3%	59,5%	56,0%
POP 65-79	14,8%	17,3%	19,6%	21,1%
POP +80	5,8%	6,9%	8,7%	10,9%
POP 65+	20,6%	24,2%	28,3%	32,0%

Fonte: INE, 2010, Projeções demográficas.

<sup>70</sup> [www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/idosos-lares-tvi24/1457114-4071.html](http://www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/idosos-lares-tvi24/1457114-4071.html), consultado a 26 de junho de 2013.

<sup>71</sup> Cf. Maria João Valente Rosa, *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*, Relógio D'Água, Lisboa, 2012, pp. 28-29.

# **Conclusão**

Devido à distância geográfica, a China e Portugal são dois países com raízes culturais, tradições e religiões muito distintas. Daí, no que diz respeito à questão da procriação, naturalmente, pensamos que os povos dos dois países possuem atitudes divergentes. Porém, através da investigação motivada por esta dissertação, constatei que chineses e portugueses possuem expectativas parecidas acerca do número de filhos e do momento da maternidade.

Nos últimos 40 anos, tanto na China como em Portugal, evidencia-se uma redução do número de filhos. Se por um lado, com o avanço da medicina e a melhoria das condições de higiene, se registou a diminuição da taxa de mortalidade infantil; a difusão de métodos contraceptivos permitiu aos indivíduos controlarem o tamanho da família e o momento da concepção.

De forma concomitante, devido ao crescimento do custo económico que um filho acarreta, os pais investem mais na qualidade de vida do que no número de filhos. Na sociedade chinesa, dado que o governo preconiza o planeamento familiar e a política do filho único, a percentagem de pais que preferem ter mais de dois filhos torna-se cada vez menor.

A par disso, nas últimas décadas, registou-se um fenómeno de procriação tardia nos dois países, provocado pelo aumento do nível da instrução de ambos os sexos, e pela entrada da mulher no mercado do trabalho.

No que diz respeito à preferência do sexo de filhos, nota-se que nas regiões menos desenvolvidas ainda existem pais chineses com forte preferência pelo filho homem. A herança do confucionismo está historicamente enraizada nas mentalidades e, à luz do pensamento confucionista, a posição social dos homens é mais destacada, consequentemente, a preferência por filhos do sexo masculino remete para séculos de história chinesa. Todavia, hoje em dia, mercê do sucesso da divulgação da igualdade entre os dois géneros e do avanço da sociedade, não se regista uma forte preferência

pelo filho homem nas áreas urbanas. Curiosamente, em Portugal, não se regista qualquer preferência pelo sexo dos filhos.

As disparidades registam-se também na visão acerca do aborto. Estas diferenças resultam de políticas distintas e de religiões diferentes nos dois contextos. Na China, à luz da política do filho único, muitas mulheres grávidas que já tinham filhos têm que abortar, de forma voluntária ou compulsiva. Por outro lado, a falta de educação sexual resulta numa elevada taxa de gravidez durante a adolescência. Em Portugal, a situação é totalmente diferente, pois a maioria dos cidadãos é católica e, até 2007, o aborto era uma prática proibida, penalizada criminalmente. Embora agora a interrupção voluntária de gravidez seja legal dentro de determinados prazos e circunstâncias, muitas católicas não desejam abortar por motivos religiosos.

A análise das possíveis causas das transformações das atitudes face à procriação revela semelhanças entre os dois países, nos aspetos da economia e do avanço social. Importa enfatizar que, com as mudanças drásticas acontecidas nas últimas décadas na sociedade chinesa, muitos indivíduos são influenciados pelos pensamentos ocidentais, nomeadamente nas áreas metropolitanas, onde surgiram famílias de *DINK*. Todavia, quando às políticas e às religiões (confucionismo e catolicismo), verificam-se muitas disparidades.

Nos últimos 40 anos, registaram-se grandes transformações no comportamento reprodutivo, por conseguinte, é inevitável que se desencadeiem importantes mudanças sociais. Vale a pena referir novamente alguns desses fenómenos, nomeadamente o desequilíbrio entre géneros na população juvenil chinesa (havendo mais rapazes do que raparigas); o menor número de famílias e o surgimento de novos modelos como as famílias do ninho vazio; a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da esperança média de vida, que conduziu ao problema do envelhecimento que afeta já o desenvolvimento do países, para além de suscitar questões em relação ao apoio disponível para os mais idosos.

Em suma, embora as culturas e as circunstâncias sociais da China e de Portugal sejam muito diferenciadas, no futuro, o número reduzido de filhos e a procriação tardia caracterizarão os dois países. O catolicismo continuará a influenciar a atitude dos portugueses em relação ao aborto. Na China, o número dos indivíduos com preferência por um filho homem será cada vez menor.

# **BIBLIOGRAFIA**

1. ALMEIDA, Ana Nunes, *Fecundidade e Contracepção*, Editora ICS-Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2004.
2. CHEN, Shengli, 陈胜利, «中国各省生育率 Zhōngguó gèshěng shēngyùlǜ *Taxa de Fecundidade das Províncias Chinesas*», Editora da População, Beijing, 2003.
3. SHEN, Chonglin, *O Estudo da Família Chinesa*, Social Sciences Academic Press (China), Beijing, 1995.
4. COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA, *Os Portugueses e o Planeamento Familiar*, CCF, Lisboa, 1979.
5. CONSELHO Pontifício, *Família e Procriação Humana*, Editorial A.O. Braga, Braga, 2007.
6. FAN, Ming, 樊明, «中国生育政策 Zhōngguó shēngyù zhèngcè, *Estudo do Planeamento Familiar da China*», Editora Social Sciences Academic Press (China), Beijing, 2010.
7. FEI, Xiaotong, 费孝通, «生育制度 shēngyù zhìdù, *A Instituição de Procriação*», Editora de Shangwu, Beijing, 2004.
8. FÉLIX, António Bagão, *Traços da Família Portuguesa*, Direcção-Geral da Família, Lisboa, 1994.
9. FERREIRA, P. Moura, e ABOIM, S., «Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento», in *Análise Social*, nº 163, 2000, pp. 411-446.
10. FOX, G.L. *The Child-bearing Decision, Fertility Attitudes and Behavior*, Sage Publisher, 1982.

11. GOMES, Bertina S., «Para a história do planeamento familiar em Portugal», in *Planeamento Familiar*, nº 37, 1987, pp. 2-5.
12. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatística de Saúde*, Lisboa, INE, 2000.
13. KEYU, Li e JING, Zhang, *Sociologia da Família e do Matrimónio*, Press Xinhua, Beijing, 2010.
14. LI, Keyu, 李克玉, e ZHANG, Jing, 张静, «家庭婚姻社会学 jiātíng hūnyīn shèhuìxué *Sociologia da Família e do Matrimónio*», Editora Xinhua, Beijing, 2010.
15. LI, Zhongsheng, 李仲生, «人口经济学 rénkǒu jīngjìxué, *A Economia da População*» Editora da Universidade de Qinghua, Beijing, 2006.
16. MENDES, M.F., «Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança», *Análise Social*, nº 96, 1987, pp. 311-332.
17. PENG, Peiyun 彭佩云, «中国计划生育的实践 Zhōngguó jìhuà shēngyù de shíjiàn *Práticas do Planeamento Familiar Chinês*», Editora da População, Beijing, 1989.
18. PIMENTEL, Irene Flunser, «Natalismo e política materno-infantil», in *Sexualidade e Planeamento Familiar*, nº 34, 2002, pp. 15-24.
19. QI, Xiaolan, 齐晓安, «中西方生育文化比较 zhōngxīfāng shēngyù wénhuà bǐjiào, *Estudo Comparativo das Culturas Ocidental e Oriental de Procriação*», Editora The Population of China Publishing House, Beijing, 2006.
20. REBELO, David M., *O Movimento do Planeamento Familiar*, Texto Editora, Lisboa, 1987, vol. 1, pp. 103-106.



21. ROSA, Maria João Valente, *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*, Relógio D'Água, Lisboa, 2012, pp. 28-29.
22. ROSA, Maria João Valente e CHITAS, Paulo, *Portugal: os Números*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2010.
23. SAMPAIO, Daniel, «Direito dos Jovens à Contracepção», in *Planeamento Familiar*, nº 13, 1981, pp.10-14.
24. SHEN, Chonglin, 沈崇林, «中国家庭研究 Zhōngguó jiātíng yánjiū, *O Estudo da Família Chinesa*», Editora Social Sciences Academic Press (China), Beijing, 1995.
25. TAVARES, Manuel, *Aborto e Contracepção em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.
26. TIAN, Xueyuan, «生育文化研究 shēngyù wénhuà yánji, *Estudo da Cultura de Procriação*», Editora China Financial e Economics Publishing House, Beijing, 2006.
27. VICENTE, Ana, *Mulheres em Discurso*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1987.
28. VIEIRA, Cláudia e ROSA, Maria João Valente, *A População Portuguesa no Século XX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003.
29. VILAR, Duarte, *Falar disso - A Educação Sexual nas Famílias dos Adolescentes*, Afrontamento, Porto, 2003.
30. YI, Fuxian, 易富贤«大国空巢 dàguó kōngcháo, *O Problema das Famílias do Ninho Vazio na China*», Editora de Dafeng, Hongkong, 2007.

# Web Links

1. A dimensão média das famílias chinesas  
<http://baike.baidu.com/view/2426392.htm?fromId=4507294>, consultado a 6 de junho de 2013.
2. A escolha dos métodos contraceptivos dos chineses  
[www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326\\_141611.html](http://www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326_141611.html), consultado a 10 de abril de 2013.
3. A evolução do envelhecimento na China  
<http://zhidao.baidu.com/question/89786211.html>, consultado a 20 de junho de 2013.
4. A idade média da mãe portuguesa por altura do nascimento do primeiro filho  
[www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805](http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805), consultado a 17 de fevereiro de 2013.
5. A percentagem de camponeses na China  
<http://zhidao.baidu.com/question/393456360.html>, consultado a 20 de junho de 2013.
6. As taxas de contraceção dos chineses  
[www.39.net/HotSpecial/people/rklt/25675.html](http://www.39.net/HotSpecial/people/rklt/25675.html), consultado a 10 de abril de 2013.
7. Distribuição percentual de mulheres por método contraceptivo  
[www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326\\_141611.html](http://www.chinapop.gov.cn/rklt/dcyj/200403/t20040326_141611.html), consultado a 10 de abril de 2013.
8. Envelhecimento em diferentes cidades chinesas  
<http://wiki.cnki.com.cn/HotWord/5218248.htm>, consultado a 20 de junho de 2013.

2013.

9. Lei sobre o aborto em Portugal

[www.aborto.com](http://www.aborto.com), consultado a 3 de maio de 2013.

10. Número de alunos no ensino superior na China

<http://wenku.baidu.com/view/4a05216327d3240c8447ef72.html>, consultado a 30 de maio de 2013.

11. Número de casamentos dissolvidos por divórcio em Portugal

[www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323](http://www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323), consultado a 15 de junho de 2013.

12. Número de divórcios em Portugal

[www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323](http://www.pordata.pt/Portugal/Divorcios-323), consultado a 15 de junho de 2013.

13. Número de idosos com mais de 60 anos na China

<http://wenku.baidu.com/view/091d8ff2f90f76c661371acc.html>, consultado a 19 de junho de 2013.

14. Número de idosos em Portugal, 2011

[www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512](http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512), consultado a 23 de junho de 2013.

15. Número de idosos em lares ilegais, em Portugal

[www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/idosos-lares-tvi24/1457114-4071.html](http://www.tvi24.iol.pt/503/sociedade/idosos-lares-tvi24/1457114-4071.html), consultado a 26 de junho de 2013

16. O aborto em Portugal

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto\\_em\\_Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto_em_Portugal), consultado a 13 de abril de 2013.

17. O *Novo Plano Quinquenal* chinês  
<http://hn.qq.com/a/20120217/000022.htm>, consultado a 14 de março de 2013.
18. O número de mulheres portuguesas que fazem aborto  
[www.mas.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=179:portugal-3-anos-de-aborto-legal-seguro-e-gratuito&catid=82:saude&Itemid=534](http://www.mas.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=179:portugal-3-anos-de-aborto-legal-seguro-e-gratuito&catid=82:saude&Itemid=534), consultado a 3 de maio de 2013.
19. O problema do envelhecimento na sustentabilidade da Segurança Social  
<http://ecportuguesaeeuropeia.blogspot.pt/2012/05/o-problema-do-envelhecimento-na.html>, consultado a 25 de junho de 2013.
20. Previsão do Departamento do Recenseamento dos EUA  
<http://wenku.baidu.com/view/90eef62cbd64783e09122b57.html>, consultado a 19 de junho de 2013.
21. Produto Interno Bruto da China  
<http://blog.163.com/sunbaonian@126/blog/static/29637698201001210544365>, consultado a 21 de junho de 2013.
22. Relatório dos registos das interrupções de gravidez  
[www.publico.pt/sociedade/noticia/numero-de-interruptoes-de-gravidez-diminuiu-no-ano-passado-e-esta-abaixo-das-estimativas-1487621](http://www.publico.pt/sociedade/noticia/numero-de-interruptoes-de-gravidez-diminuiu-no-ano-passado-e-esta-abaixo-das-estimativas-1487621), consultado a 13 de abril de 2013.

# **Anexos**

## Anexo 1 - Quadro de Romanização vs Alfabeto Fonético Internacional

LP: Letra de Pin yin (Romanização do Mandarin)

AFI: Alfabeto Fonético Internacional

LP	AFI	LP	AFI	LP	AFI
b	[b]	g	[k]	s	[s]
p	[bʰ]	k	[kʰ]	zh	[tʂ]
m	[m]	h	[x]	ch	[tʂʰ]
f	[fʰ]	j	[tɕ]	sh	[ʃ]
d	[t]	q	[tɕʰ]	r	[ʒ]
t	[tʰ]	x	[ç]	y	[j]
n	[n]	z	[ts]	w	[w]
l	[l]	c	[tsʰ]	v	[v]

LP	AFI	LP	AFI	LP	AFI
a	[A]	e	[ɤ]	u	[u]
o	[o]	i	[i]	ü	[y]

LP	AFI	LP	AFI	LP	AFI
ai	[ai]	ing	[iŋ]	uai	[uai]
ei	[ei]	ia	[ia]	ui (uei)	[uei]
ao	[au]	iao	[iau]	uan	[uan]
ou	[ou]	ian	[ian]	uang	[uɑŋ]
an	[an]	iang	[iaŋ]	un (uen)	[uən]
en	[ən]	ie	[iɛ]	ueng	[uəŋ]
in	[in]	iong	[yŋ]	üe	[yɛ]
ang	[ɑŋ]	iou	[iou]	üan	[yan]
eng	[əŋ]	ua	[ua]	ün	[yn]
ong	[uŋ]	uo	[uo]	ng	[ŋ]